MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Portaria nº. 2.516/2023

Dispõe sobre a designação para responder pela função de Agente de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação do Município de São Jorge D'Oeste – Pr, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal n.º 3.927/2023.

LEILA DA ROCHA, Prefeita do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em especial pelo disposto no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. Daniel Souza Dias para responder, pela função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

Art. 2º - Compete ao agente de contratação e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I – tomar decisões em prol da boa condução da licitação, inclusive por meio de diligência às áreas requisitantes de contratações, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;
II – acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências se for o caso, para que o calendário de contratação previsto no Plano de Contratações Anual seja cumprido e observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e
III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;
IV – conduzir e coordenar a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:
a) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;
b) verificar e julgar as condições de habilitação;
c) sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, conforme o disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021, e se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
d) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

e) indicar o vencedor do certame;

f) receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, senão reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

V – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

VI – encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

Parágrafo Único - A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

Art. 3º - O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 4º - Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, nos termos da lei 14.133/2021 que auxiliará o Agente de Contratação/Pregoeiro, na condução dos processos licitatórios:

Fabiana Dal Ponte
Franciela Carletto Wulff
Sidiane Aparecida Schmoller Sulsbach

Parágrafo único. A equipe de apoio poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico ou de outros setores do órgão ou da entidade licitante, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 5º - Ficam nomeados para comporem a Comissão de Contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 os seguintes servidores:

Daniel Souza Dias – Membro
Fabiana Dal Ponte - Membro
Franciela Carletto Wulff – Membro
Sidiane Aparecida Schmoller Sulsbach - Suplente

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publicado no AMP
Expedição nº 2923
Data 20 / 12 / 2023
Página 24

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e três, 61º ano de emancipação.

Leila da Rocha
Prefeita

Maringá - PR, 17 de fevereiro de 2024

À Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste - PR

PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ: 30.592.834/0001-02

Plano Mentoria 360 - Município 360

A Mentoria 360 é um programa de capacitação continuada avançada que visa auxiliar na implementação e utilização da Nova Lei de Licitações identificando as peculiaridades de cada instituição municipal. Trata-se de uma solução virtual completa, oferecendo aulas ao vivo, cursos gravados, materiais para consulta, uma comunidade exclusiva, minutas e modelos de documentos, mentorias individuais personalizadas e orientações técnicas por escrito. Todos esses recursos foram desenvolvidos com base na Lei 14.133/2021, visando otimizar o tempo e proporcionar segurança jurídica na aplicação dessa legislação.

OBJETO

Plataforma de ensino virtual com programa de capacitação continuada avançado sobre a Lei 14.133/2021, com foco nas instituições municipais.

OBJETIVO

Ensinar a implementação, regulamentação, utilização e fiscalização adequada da Nova Lei de Licitações com foco nas instituições municipais brasileiras, contribuindo com os servidores públicos para atuarem com segurança jurídica e desenvoltura diante dos desafios decorrentes da Lei 14.133/2021.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino adotada no plano Mentoria 360 é dinâmica e interativa, oferecendo aulas ao vivo mensais com o Prof. Tiossi Junior para debater questões práticas, comumente vivenciadas pelos agentes públicos municipais, visando aclarar situações controvertidas e polêmicas; acesso às gravações das aulas anteriores; mentoria em grupo quinzenal (S.O.S ao vivo) com o Prof. Tiossi Junior, acesso ao curso gravado "Dominando a Nova Lei de Licitações", Orientações técnicas POR ESCRITO e acesso a Comunidade Município 360 para interação com outros servidores públicos municipais.

CERTIFICAÇÃO

Ao final dos 12 (doze) meses, os participantes receberão certificação dos conteúdos ministrados. Após a conclusão do Curso Bônus "Dominando a Nova Lei de Licitações", também será emitido certificado ao aluno.

A certificação atende aos artigos 7º, inciso II, 18 § 1º inciso X, 169, § 3º inciso I da Lei 14.133/21 e será emitida desde que o aluno assista 75% das aulas.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

O programa é coordenado pelo Prof. José Roberto Tiossi Junior, advogado, parecerista e mestre em Direito. Com vasta experiência e expertise na área de licitações e contratos, o Prof. Tiossi Junior participou de audiências públicas sobre o Projeto de Lei da Nova Lei de Licitações, entregando em mãos aos deputados relatores, sugestões para o texto de lei. Também é reconhecido por sua contribuição acadêmica e atuação prática, com presença constante nos maiores eventos do Brasil sobre contratações públicas e palestras nacionais e internacionais. Sua orientação e conhecimento especializado enriquecem a experiência de aprendizado dos participantes. Além de ser o fundador do Portal Licitações Municipais. (currículo em anexo)

INVESTIMENTO

O investimento para participar do plano Mentoria 360 é de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais) com acesso pelo prazo de 12 (doze) meses.** Esse valor proporciona acesso a uma gama de recursos exclusivos, incluindo a comunidade exclusiva para Servidores Municipais, aulas ao vivo mensais, mentoria em grupo quinzenal, mentorias individuais, orientações técnicas por escrito, acesso ao curso gravado "Dominando a Nova Lei de Licitações" e um kit de boas-vindas.

CONTEÚDO:

🎓 Aulas ao vivo com o prof. Tiossi Jr

As aulas ao vivo ministradas pelo Prof. José Roberto Tiossi Junior são o ponto central da Mentoria 360. Com uma abordagem didática e atualizada, mensalmente o Prof. Tiossi Junior compartilha seu conhecimento especializado sobre a Nova Lei de Licitações, abordando temas relevantes e impactantes.
Durante as aulas, os participantes têm a oportunidade de interagir, fazer perguntas e esclarecer dúvidas em tempo real, promovendo uma experiência de aprendizado dinâmica e enriquecedora, permitindo que os servidores se mantenham atualizados e preparados para os desafios enfrentados no dia-a-dia.

📺 **Acesso a aulas gravadas:**

Para garantir flexibilidade e conveniência, todas as aulas ao vivo da Mentoria 360 são gravadas e ficam disponíveis para acesso posterior. Isso significa que, mesmo se você perder uma aula ao vivo, poderá assistir à gravação quando puder. Além disso, o acesso às aulas gravadas permite que você revise o conteúdo quantas vezes desejar, reforçando o aprendizado e consolidando os conhecimentos adquiridos. O acesso às aulas gravadas é uma vantagem significativa da Mentoria 360, possibilitando um aprendizado autônomo e adaptado à sua disponibilidade de tempo.

📬 **Acesso às minutas desenvolvidas pelo prof Tiossi Junior para implementação e aplicação da Nova Lei de Licitações:**

O **PNL30D** é um curso gravado que tem como objetivo auxiliar na implementação da Nova Lei de Licitações em até 30 dias na sua instituição. Com acesso a esse curso, você terá a oportunidade de debater os principais pontos que precisam ser regulamentados na nova lei, garantindo segurança jurídica durante o processo.
Além disso, como material complementar, são disponibilizadas:
Minuta de Decreto - Sistema de Registro de Preços
Minuta de Decreto - Pesquisa de Preços
Minuta de Decreto - Dispensa eletrônica
Minuta de Decreto - Nomeação de Agente de Contratação e equipe
Minuta de Decreto - Dispensa de pequeno valor
Minuta de Decreto - Credenciamento
Minuta de Decreto - Atribuições
Minuta de Decreto - Fase de habilitação

O **NLNP - Nova Lei na Prática** é um curso gravado que tem como objetivo fornecer diretrizes para elaboração e padronização dos principais documentos utilizados nos processos licitatórios regidos pela Nova Lei de Licitações.
São disponibilizadas minutas editáveis dos documentos, permitindo uma aplicação prática e eficiente da nova legislação:
Minuta TR - Aquisição de bens
Minuta TR - Serviços
Minuta Edital - PE - Serviços
Minuta Edital - PE - Aquisição de bens
Minuta Edital - PE - SRP - Serviços
Minuta Edital - PE - SRP - Aquisição de bens
Minuta Edital - PP - Serviços
Minuta Edital - Concorrência
Minuta Edital e Termo - Credenciamento
Minuta Contrato - Serviços
Minuta Ata de Registro de Preços
Minuta Contrato - Obras
Minuta Termo de Apostilamento Reajuste
Minuta Termo de Apostilamento Repactuação
Minuta Documento de Formalização de Demanda
Minuta - Documento de formalização de demanda - dispensa de pequeno valor

📑 **Orientações técnicas POR ESCRITO[1]:**

Como parte da Mentoria 360, você terá acesso a 12 (doze) orientações técnicas por escrito durante a vigência do contrato. Essas orientações são emitidas para auxiliá-lo no processo de tomada de decisão, especialmente em situações que demandam novos estudos ou análises específicas.
Essas orientações técnicas fornecem suporte adicional e embasamento jurídico para lidar com desafios e questões complexas relacionadas à Nova Lei de Licitações.
Com as orientações técnicas por escrito, você terá um respaldo especializado para tomar decisões fundamentadas e seguras no âmbito das licitações e contratos administrativos.

🎥 **Dominando a Nova Lei de Licitações:**

O curso "Dominando a Nova Lei de Licitações" é um curso gravado completo sobre licitações e contratos administrativos. Projetado para fornecer uma compreensão abrangente da nova lei de licitações, esse curso aborda não apenas os aspectos teóricos, mas também os processos e procedimentos envolvidos nas licitações.
A Mentoria 360 permite a inscrição de 10 (dez) servidores nesse curso, que serão certificados após a conclusão na plataforma. Além disso, servidores adicionais podem ser incluídos mediante um custo adicional.
O curso "Dominando a Nova Lei de Licitações" é uma oportunidade única para se capacitar e se tornar um especialista nessa área fundamental da administração pública.

💬 **Comunidade Portal LM + 🎁 Kit de boas-vindas:**

Ao aderir à Mentoria 360, os 10 (dez) servidores indicados terão acesso à comunidade exclusiva do Portal LM. Essa comunidade é um espaço virtual onde ocorrem discussões envolventes sobre a Nova Lei de Licitações, permitindo que os alunos façam postagens e interajam no estilo de rede social.
Além disso, como um gesto de boas-vindas, você receberá um kit especial contendo produtos do Portal LM. A participação na comunidade e o recebimento

---

[1] As orientações por escrito são respondidas objetivamente por equipe técnica profissional especializada, com base na legislação vigente, doutrina especializada, jurisprudência e decisões dos Tribunais de Contas, mediante encaminhamento de questionamento em campo específico.
As orientações objetivam dirimir dúvidas exclusivamente da Contratante, vedadas orientações de interesse pessoal ou de terceiros, possuindo caráter opinativo, cabendo a Contratante avaliar para tomada de decisões.
O prazo para resposta é de até 48 (quarenta e oito) horas úteis do recebimento da pergunta, podendo ser ampliado para questões de complexidade técnica elevada, desde que, a Contratada seja comunicada previamente.
É cabível uma orientação técnica por mês, totalizando 12 (doze) ao longo dos 12 meses.
Não fazem parte das orientações: análise de editais, minutas de contrato e atas de registro de preços, impugnações, esclarecimentos e recursos administrativos, informações em mandado de segurança e quaisquer outros documentos judiciais, defesas em Tribunais de Contas, realização ou revisão de cálculos de planilhas de formação de preços.

do kit de boas-vindas são benefícios adicionais que enriquecem sua experiência na Mentoria 360.

💻 **Mentoria em grupo quinzenal - S.O.S ao vivo:**

A Mentoria 360 oferece encontros quinzenais em formato de mentoria em grupo. Nesses encontros, os participantes possuem a oportunidade de tirar dúvidas, compartilhar experiências e debater os desafios enfrentados no dia-a-dia relacionados à Nova Lei de Licitações.
A mentoria em grupo proporciona um ambiente colaborativo e enriquecedor, onde é possível aprender com as experiências dos outros participantes e obter insights valiosos para melhorar seus processos licitatórios.

👨‍💻 **Mentoria exclusiva:**

Além dos encontros em grupo, sua instituição pode agendar até quatro reuniões mensais de mentorias exclusivas e personalizadas com a nossa equipe.
Essas mentorias são voltadas para tratar qualquer assunto relativo à Nova Lei de Licitações que estejam precisando aclarar ou debater. A equipe estará disponível para ajudar na prática, fornecendo orientações específicas e soluções personalizadas para as situações enfrentadas pela sua instituição.
As mentorias exclusivas são uma oportunidade valiosa para obter suporte individualizado e direcionado às necessidades da sua instituição no contexto da Nova Lei de Licitações.

CONDIÇÕES GERAIS

- ➔ Acesso por 12 meses a partir da liberação do login/senha.
- ➔ A contratação será efetivada após o encaminhamento da Autorização de Compra devidamente assinada (nota de empenho, autorização de fornecimento, ordem de serviço).
- ➔ Forma de pagamento: o valor do investimento será dividido em 03 parcelas, sendo uma entrada de R$ 10.000,00, em até 05 dias após a assinatura do contrato e duas parcelas de R$ 10.000,00 cada uma, a primeira com vencimento após 30 dias da assinatura do contrato e a segunda com 60 dias da assinatura do contrato
- ➔ Validade da Proposta: 30 dias.

Sem mais, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR: 04429625921

Assinado digitalmente por JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR:04429625921
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=22087251000198, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR: 04429625921
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.02.19 12:23:55-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D' OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CPNJ: 76.995.380/0001-03

DFD Nº 003/2024

São Jorge D'Oeste/Pr, 20 de fevereiro de 2024.

Da: Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

Para: EQUIPE TÉCNICA DE LICITAÇÃO

I - JUSTIFICATIVA;

A presente demanda, dar-se-á, mediante a necessidade de realizar a capacitação de servidores efetivos e comissionados, dos diversos setores da administração pública municipal direta frente a nova Lei de Licitações, nº. 14.133/2021.

Por muito tempo, a Lei nº. 8.666/93 foi a norma que regulamentou os processos de contratação de entes públicos, pese em que foi de fato revogada no final de 2023, pela nova Lei, que trouxe em seu texto inúmeras alterações no processo de contratação e inovações legislativas, comuns e necessárias considerando a evolução prática das contratações e demandas pungentes superadas na antiga lei.

Dito isto, é claro e unanime que servidores e colaboradores da administração pública, acostumados e experientes com a antiga lei, tenham dúvidas e surjam impasses com a aplicação de novas práticas, desde a elaboração de documentos da etapa preparatória até arquivos mais complexos, como Editais, contratos, termos de aditivo, pareceres e outros arquivos pertinentes, de acordo com cada modalidade de contratação.

II - DESCRIÇÃO DO OBJETO;

Diante do cenário de implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº.14.133/21), urge a necessidade da contratação de uma empresa especializada para qualificação e capacitação dos servidores municipais.

Recomenda-se que a capacitação disponibilize os seguintes conteúdos programáticos:

1. etapa preparatória;
2. modos de disputa;
3. fase de julgamento;
4. definição de modalidades;
5. execução e fiscalização dos contratos;
6. contratações diretas;
7. procedimentos auxiliares;
8. licitações eletrônicas.

Isto posto, a capacitação dos servidores municipais é um compromisso desta Administração com a gestão eficiente dos recursos públicos, com a eficiência, eficácia e segurança jurídica no desempenho das atribuições.

III - TIPO DE ITEM, DE ACORDO COM OS SISTEMAS DE CATALOGAÇÃO DE MATERIAL OU DE SERVIÇOS, UNIDADE DE FORNECIMENTO E QUANTIDADE A SER CONTRATADA;

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und
01	Contratação da plataforma digital **MUNICÍPIO 360 – Plano Mentoria Plus**, com acesso às aulas (ao vivo e gravadas); minutas editáveis; até 12 orientações técnicas por escrito; mentorias em grupo e individual e acesso a comunidade exclusiva de servidores.	1	Und

IV - ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO COM A INDICAÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO PLANO;

Valor total das peças e serviços a serem contratadas: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

V - PREVISÃO DE DATA DESEJADA PARA A CONTRATAÇÃO;

Imediata ou logo após homologação do resultado do processo licitatório.

VI - GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO;

Urgente.

SÃO JORGE D'OESTE
23 - 11 - 63

VII - SE HÁ VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM A CONTRATAÇÃO DE OUTRO DFD PARA SUA EXECUÇÃO, VISANDO A DETERMINAR A SEQUÊNCIA EM QUE AS RESPECTIVAS CONTRATAÇÕES SERÃO REALIZADAS;

Não há vinculação necessária.

VIII - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA ATÉ NÍVEL DE ELEMENTO E DESDOBRAMENTOS;

Órgão: 07 – Sec. De Adm. Contabilidade e Finanças.

Unidade: 001 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 04.122.0004.2026 – Serviços Administrativos

Natureza: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

1770-00000 – Recursos Ordinários Livres.

IX – FISCAL DO CONTRATO;

Conforme prevê o Decreto nº. 4.116/2024, e suas alterações, ficam designados os seguintes fiscais:

SETOR	Gestor	Fiscal Técnico	Fiscal Administrativo	Fiscal Setorial
ADMINISTRATIVO	SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO	WILSON JOSE DA SILVA	LUIZA HERPICH	EDSO LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS.
Decreto nº. 4.095/2024

SÃO JORGE D'OESTE
23 - 11 - 63

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

REQUISITANTE(S): Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

O presente estudo técnico preliminar consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, visando fundamentar a elaboração do termo de referência, consoante previsto no art. 6°, inciso XX da Lei 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO - art. 18, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/202

A presente contratação visa a capacitação dos servidores públicos deste Órgão Público sobre aplicação da Lei 14.133/2021 que substituiu as tradicionais leis 8.666/1993 e 10.520/2002 revogadas em 30/12/2023.

A instauração de um processo licitatório tem por objetivo satisfazer o interesse público, através da prestação de serviços, fornecimento de bens, obras ou locações oriundas de terceiros e deve ser realizada com o devido planejamento e respeitando os princípios em busca da proposta mais vantajosa.

Ocorre que a nova lei de licitações é uma legislação robusta, com 194 artigos e um detalhamento enorme, exigindo do aplicador um amplo conhecimento e visão sistêmica para utilização adequada.

A Lei 14.133/2021 apresenta um novo panorama nas contratações públicas e mudanças substanciais na confecção dos procedimentos serão necessárias, visto que a lei afetou diretamente a fase de planejamento, de escolha do licitante vencedor e de execução, fiscalização e gestão de contratos, além da necessidade de regulamentação de inúmeros dispositivos.

Dessa forma, a capacitação se revela imprescindível para que os servidores públicos atuem com dinamismo e segurança jurídica, diante das complexas demandas da contemporaneidade.

Pois bem, vislumbra-se inicialmente 4 (quatro) formas de capacitação, sendo elas: 1) curso in company presencial; 2) inscrição de servidores em cursos abertos presenciais

e com temáticas específicas; 3) inscrição de servidores em cursos on-line com temas específicos; 4) capacitação continuada no formato virtual.

A opção 1 não se revela tecnicamente adequada nesse momento, visto que são muitos temas a serem estudados e não seria possível fixar todo o conteúdo em um encontro presencial, fato que demandaria novas e constantes contratações para acompanhar a gradual aplicação da nova lei, tornando também economicamente desvantajosa tal contratação.

A opção 2 não se revela adequada nesse momento, visto que a Lei 14.133/2021 é multisetorial e multidisciplinar impactando em todos os setores, fato que demandaria o encaminhamento de diversos servidores envolvidos nos processos para capacitação, onerando os cofres públicos com despesas de inscrição, deslocamento, hospedagem, alimentação e diárias em geral, além de tecnicamente não ser a melhor opção, pelo fato da informação chegar de forma dispersa.

A opção 3 também não se revela econômica e tecnicamente a mais adequada para o presente momento, visto que demandaria novas e constantes contratações para acompanhar a gradual aplicação da nova lei.

Por fim, a opção 4 se revela tecnicamente e economicamente a mais adequada para as necessidades desta municipalidade, permitindo a capacitação sistêmica dos servidores e de forma continuada, otimizando o aprendizado e acompanhando toda a atualização e avanço normativo, jurisprudencial e doutrinário.

Importante ressaltar que entidades municipais possuem estrutura bem distinta do Poder Público Federal e Estadual, com peculiaridades que merecem uma atenção específica na capacitação.

Isto posto, de modo geral, destaca-se que resultados pretendidos com a presente contratação são: **reduzir os riscos** – seja na satisfação do interesse público ou na eventual responsabilização dos servidores envolvidos- **adotar melhorias nos processos e controles** – processos mais céleres, transparentes e eficientes - **aplicação das normativas vigentes** com segurança jurídica, conforme entendimentos jurisprudenciais e doutrinários acerca das mais diversas problemáticas - **replicar boas práticas realizadas em outros órgãos públicos e satisfazer o interesse público de forma eficiente e transparente.**

2. QUANTITATIVO ESTIMADO - art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021

A expectativa é contratar uma plataforma de ensino virtual para capacitação continuada e sistêmica dos servidores, possibilitando que todos os servidores que participem de alguma fase de uma licitação sejam contemplados com as aulas.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – art. 18, §1º, inciso VI da Lei 14.133/21

Dentre as pesquisas realizadas no mercado, foi encontrada apenas 1 (uma) empresa com foco municipalista e que apresenta metodologia de capacitação continuada virtual e com a possibilidade de contemplar todos os servidores que atuam nos processos licitatórios. O valor estimado da contratação é de **R$30.000,00 (trinta mil reais)**, com disponibilização de **login/senha** durante 12 (doze) meses na plataforma on-line **MUNICÍPIO 360 do Portal Licitações Municipais**, conforme documento em anexo.

Importante ressaltar que referido valor está dentro do praticado no mercado, conforme documentos e justificativas apresentadas pela empresa, além de estar condizente com as previsões e limites orçamentários desta entidade.

4. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO – art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei 14.133/21

Esta contratação diz respeito a serviços de natureza indivisível, sendo um plataforma de ensino com diversas soluções que potencializa o aprendizado, ficando justificado o não parcelamento da contratação.

5. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO - art. 18, §1º, inciso XIII da Lei 14.133/21

A presente contratação se revela extremamente necessária, diante do cenário desafiador de mudança de normas, fato que exige servidores qualificados para satisfazer o interesse público de forma eficiente e com segurança jurídica.

Isto posto, a assinatura da plataforma de ensino virtual **MUNICÍPIO 360 do Portal Licitações Municipais** é a melhor opção tecnicamente e economicamente para esta instituição, concluindo pela continuidade da contratação.

6. ELEMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS - art. 18, §2º, inciso XIII da Lei 14.133/21

O presente estudo técnico preliminar contemplou ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, suficientes para identificar o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.

Acrescenta-se que os serviços ofertados são personalíssimos e de natureza predominantemente intelectual, com metodologia única, fato que impede a comparação objetiva com outras soluções disponíveis no mercado. Toda responsabilidade técnica e coordenação é realizada pelo Prof. Mestre José Roberto Tiossi Junior, reconhecido nacionalmente pela sua expertise em contratações públicas em âmbito municipal.

Os demais elementos previstos nos incisos do §1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 não são obrigatórios e podem ser dispensados nos termos do §2º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

No presente caso, justifica-se que os demais elementos não foram utilizados, pois o presente objeto não demanda complexidade, aliado ao fato deste Órgão Público encontrar-se em fase de adaptação para aplicação das inúmeras novidades da Lei 14.133/2021, dando prioridade e efetividade neste primeiro momento de adaptação, para os elementos obrigatórios previstos em lei.

LEANDRO PAGLIARI JACOBS

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS.

Decreto nº. 4.095/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo de referência é a contratação da plataforma de ensino digital, visando a capacitação continuada, em licitações e contratos, dos servidores desta municipalidade.

1.2. Destaca-se que foram analisadas as possibilidades existentes no mercado para a capacitação dos servidores desta Municipalidade, quais sejam: 1) curso "in company" presencial; 2) inscrição de servidores em cursos abertos presenciais e com temáticas específicas; 3) inscrição de servidores em cursos on-line com temas específicos; 4) capacitação continuada no formato virtual. Assim, após a verificação da viabilidade técnica e econômica, concluiu-se que a única viável e que atende perfeitamente as demandas desta Municipalidade, é a capacitação continuada no formato virtual.

Isto posto, foi realizada pesquisa de mercado sobre as plataformas digitais disponíveis – as quais possibilitam capacitações continuadas aos servidores públicos ao longo de 12 meses - e a única plataforma encontrada com foco nas demandas municipais foi a "**MUNICÍPIO 360"**, cuja responsabilidade técnica e coordenação é realizada pelo Professor Mestre José Roberto Tiossi Junior, reconhecido nacionalmente pela sua expertise em licitações e contratos em âmbito municipal. Assim, diante dos 4 planos disponibilizados na plataforma digital: 1. *Essencial; 2. Premium; 3. Mentoria e 4. Mentoria Plus,* verificou-se que o que atende perfeitamente as demandas desta Municipalidade é o **Plano MENTORIA PLUS.**

1.3. O **Plano Mentoria Plus** disponibiliza aulas cujo conteúdo atende desde a etapa preparatória até a execução e fiscalização dos contratos; que auxiliam na escolha das modalidades; nas contratações diretas e nos procedimentos auxiliares. É realmente completo. Ainda fornece minutas de documentos e regulamentos, e possibilita os esclarecimentos das dúvidas de diversas formas: durante as aulas ao vivo; acesso a uma comunidade exclusiva com outros servidores municipais; mentorias em grupo (a cada 15 dias) e individual (até 4 no mês), e por fim a confecção de 12 (doze) orientações técnicas, sendo uma por mês.

1.4. Sobre a assinatura da plataforma **MUNICÍPIO 360**, cumpre destacar os seguintes pontos sobre as necessidades desta contratação:

a) Há desafios, dúvidas e receios para a implementação da Nova Lei de Licitações (Lei n.14.133/21)

b) Os servidores necessitam de uma capacitação continuada na matéria para atuarem com eficiência e segurança jurídica

c) Sabe-se que além da Lei 14.133/21 também é necessário conhecer os decretos; instruções; outros atos inerentes que devem ser aplicados ou tomados como exemplos;

d) Diversos questionamentos e problemáticas não possuem a solução expressa na lei; mas carece de interpretação e amplo conhecimento das normas, doutrinas e jurisprudências vigentes;

e) A formação contínua garante a plena atualização nos mais diversos temas; compreendendo também as orientações mais relevantes e atuais dos Tribunais de Contas, jurisprudência e doutrinas;

f) Os procedimentos inerentes às contratações públicas são burocráticos, de forma que necessitam ser atualizados de forma correta, da melhor forma possível e em conformidade com a Lei 14.133/21;

g) É necessário estabelecer regramentos específicos municipais, os quais devem ser compatíveis com a realidade local;

h) É preciso adotar boas práticas para facilitar as rotinas internas;

i) Além das aulas, a plataforma possibilita a solução de dúvidas de diversas maneiras – durante as aulas ao vivo; na comunidade exclusiva para servidores municipais; na mentoria em grupo quinzenal e até 4 mentorias individuais mensais

j) A contratação possibilita um espaço inteligente para dividir vivências e debater os desafios de implementação com diversos servidores unidos com os mesmos propósitos.

k) O **Plano Mentoria Plus** disponibiliza 12 (doze) orientações técnicas por escrito durante a vigência do contrato.

1.5. A contratação se dará através da inexigibilidade. Os serviços são únicos, distintos e incomparáveis. Assim, ainda que exista uma pluralidade de potenciais prestadores de serviços similares (outras plataformas online que abordam o tema de licitações e contratos) o resultado

é fruto dos traços pessoais do executar, o *know how*, a expertise, a didática e os serviços ofertados, sendo tais atributos essenciais à segurança e à confiança nos resultados que serão obtidos, então não há como definir critérios objetivos de comparação com soluções eventualmente apresentadas por outras empresas que atendem no mesmo ramo da empresa **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA - MUNICÍPIO 360**, visto que são muito distintas. Ademais, é uma plataforma totalmente especializada nas demandas e problemáticas dos Municípios, sendo um ponto totalmente distinto das demais conhecidas.

1.6. Logo, diante da impossibilidade de estabelecer parâmetros objetivos para comparação ou aferição de resultados, e tratar de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, que visa a capacitação de servidores públicos, configura-se o enquadramento no art. 74, inciso III, f da Lei 14.133/21, logo, será uma contratação direta por inexigibilidade.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R$	Valor Total R$
01	Contratação da plataforma digital **MUNICÍPIO 360 – Plano Mentoria Plus**, com acesso às aulas (ao vivo e gravadas); minutas editáveis; até 12 orientações técnicas por escrito; mentorias em grupo e individual e acesso a comunidade exclusiva de servidores.	1	Und	R$30.000,00	R$30.000,00

2.1. O custo máximo total da contratação é de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, conforme disposto na tabela acima.

2.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.2. O conteúdo e a forma de entrega serão realizados nos termos da proposta anexa a este Termo de Referência.

2.3. Ao final dos 12 (doze) meses, os servidores receberão certificação dos conteúdos ministrados. Após a conclusão do Curso Bônus "Dominando a Nova Lei de Licitações", também será emitido certificado ao aluno. A certificação atende aos artigos 7º, inciso II, 18 § 1º inciso X, 169, § 3º inciso I da Lei 14.133/21 e será emitida desde que o aluno assista 75% das aulas.

2.4. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a partir da disponibilização de login e senha.

2.5. É consabido que a inviabilidade de competição na aquisição de um serviço ou produto caracteriza, na Administração Pública, caso de Inexigibilidade de Licitação.

2.6. Ainda, o caso em tela está configurado como um programa que disponibiliza serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, para a capacitação de servidores, com empresa e/ou profissional de notória especialização, portanto, aplicam-se os termos do art. 74, inciso III, f, da Lei 14.133/21.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Diante do cenário da recente implementação da Lei n. 14.133/2021, urge a necessidade de capacitação, atualização e nivelamento em licitações e contratos para os servidores que atuam neste setor.

3.2. A capacitação é fundamental para garantir que os servidores e agentes públicos estejam aptos para realizar os certames públicos, de maneira competente e em total conformidade com as melhores práticas e normativas vigentes.

3.3. Destaca-se que a contratação de uma capacitação continuada robusta evidencia o compromisso desta Administração com a gestão eficiente dos recursos públicos, da importância de fornecer conhecimento para os servidores e de fortalecer a confiança pública. Ademais, viabiliza uma cultura de excelência, transparência e prevenção de riscos.

3.4. Ora, tão essencial quanto o conhecimento é a obtenção de informações seguras, uma plataforma que permita o acesso a todos os assuntos que envolvem as contratações públicas, que auxilie no deslinde de impasses e na solução de dúvidas, que geram inseguranças e atrasam os processos.

3.5. A contratação em tela é uma oportunidade ímpar para obter o conhecimento

necessário durante 12 (doze) meses, bem como ter contato com minutas editáveis de diversos documentos e regulamentos que facilitarão a implementação da Lei.

3.6. Ainda, além de todo ensino teórico e prático, a contratação possui um grande diferencial, visto que disponibiliza acesso a um grupo de servidores públicos engajados e unidos no mesmo propósito; bem como mentorias quinzenalmente em grupo e até 4 mentorias individuais por mês (**Plano Mentoria Plus**). Sem dúvidas, esse espaço para debates, trocas de experiências e boas práticas com outros servidores e diretamente com o Prof. Tiossi Junior e equipe, fará total diferença na implementação da Nova Lei de Licitações.

3.7. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, por se tratar de contratação não planejada, haja vista novação da Lei 14.133/21.

4. SECRETARIA REQUISITANTE

4.1. A presente contratação será destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

5.1. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www. portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www. portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.3. Condições de Habilitação: será requerido da Contratada, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) A certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;

c) A certidão negativa de débitos relativos aos tributos estaduais e municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) A certidão de regularidade do FGTS;

e) A certidão negativa de débitos trabalhista;

f) A certidão negativa de natureza não tributária.

Em relação a **capacidade técnica**, a empresa deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa já entregou, a contento, objeto compatível/similar. No caso em tela, por se tratar de curso inédito, compreende-se compatível e similar atestados que comprovem a realização de capacitação, cursos e treinamentos de servidores (online e/ou presencial).
A critério da Administração poderá ser solicitado cópias de contratos já firmados, notas fiscais, ou ainda, qualquer outro documento que venha comprovar a veracidade das informações prestadas nos atestados, assim como a viabilidade do valor ofertado.

Ainda, segue abaixo o currículo do Idealizador, Coordenador e Professor do MUNICÍPIO 360, com objetivo de comprovar a *expertise* necessária: **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR**: Advogado e Parecerista. Mestre em Direito. Professor convidado de Licitações e Contratos em cursos de Pós-graduação da PUC/PR, Católica/SC, Escola Mineira de Direito, Faculdade Pólis Civitas, CERS - Complexo de Ensino Renato Saraiva, EDAMP - Escola de Direito do Ministério Público e UniCV. Membro do IAP – Instituto dos Advogados do Paraná. Diretor do IPDA - Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Fundador do Portal Licitações Municipais.

6. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de início da execução dos serviços será após o recebimento da Nota de empenho, com a disponibilização das senhas de acesso ao sistema da Contratada.

6.2. A disponibilização do material a ser pesquisado e/ou consultas a serem realizadas, se dará com a liberação de senhas de acesso identificado por login/senha, a ser gerenciada pela Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

6.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, plataforma, ferramentas necessárias, nas quantidades estimadas e qualidades necessária, promovendo sua substituição quando necessário.

6.4. Não haverá exigência da garantia da contratação do Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei 14.133/21.

7.2. A verificação da perfeita execução dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.

7.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.6. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/21.

7.8. No caso em tela, fica designado(a) o(a) servidor(a) Wilson José da Silva, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, bem como o seu substituto Edso

Luiz Ribeiro Dos Santos, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei federal nº 14.133/21.

7.9. Da mesma forma, fica designado, como gestor de contrato o(a) servidor(a) Leandro Pagliari Jacobs, para exercer a gestão contratual.

8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O presente objeto se enquadra como serviço contínuo?

( ) SIM (X) NÃO

8.2. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura e disponibilidade do acesso à plataforma digital, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

9. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor da contratação é justificado como o preço de mercado, em decorrência da análise de preços praticados em contratações semelhantes, baseada em comprovações do valor da hora/aula do Professor Tiossi Junior – sem contar os demais serviços ofertados no plano contratado.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O serviço deverá ser executado com a disponibilização da versão eletrônica da ferramenta, a qual deverá estar disponível 24h por dia, durante o período da assinatura da solução eletrônica, ou seja, 12 meses, a contar do recebimento da nota de empenho, na forma que segue:

10.1.1. Definitivamente, e com pagamento único, após o início do fornecimento dos serviços, verificado o atendimento dos termos.

10.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.4. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias corridos, do recebimento dos serviços (acesso a plataforma).

10.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data para pagamento acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga. TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)/365 I = (6/100)/365 -> I = 0,00016438

11.5. Não haverá cláusula contratual regulamentando o reajuste do contrato.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Órgão: 07 – Sec. De Adm. Contabilidade e Finanças.

Unidade: 001 – Departamento de Administração

Projeto/Atividade: 04.122.0004.2026 – Serviços Administrativos

Natureza: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

1770-00000 – Recursos Ordinários Livres.

12. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 20 / 02 / 2024.

Aprovado em: 20 / 02 / 2024.

13. DOS ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

13.1. Integram o presente Termo de Referência, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes ANEXOS:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Proposta;

Anexo III – Comprovação de notória especialização (art. 74, §3º da Lei n. 14.133/2021);

Anexo IV – Documentos pertinentes a habilitação, inclusive o(s) atestado(s);

Anexo V – Justificativa de preços (comprovação do preço de mercado)

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS.
Decreto nº. 4.095/2024

SÃO JORGE D'OESTE
23 - 11 - 63

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Centro TCE-TO - CEP 77000-000 - Palmas - TO - www.tce.to.gov.br

DECLARAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.592.834/0001-02, estabelecida Rua Garibaldi, nº 50, apt. 1908, Vila Nova - CEP 87045-230 - Maringá-PR, prestou serviços ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE/TO**, CNPJ nº 25.053.133/0001-57, com sede na Avenida Teotônio Segurado, na Quadra 102 Norte, Conjunto 1, Lotes 1 e 2, Palmas -TO, detém qualificação técnica para realização de capacitações no formato *on line*.

Registramos que a empresa realizou duas capacitações no formato *on line* sobre **Contratações Públicas em tempos de COVID-19**, voltadas aos servidores desta Corte de Contes e seus jurisdicionados que atuam nos processos de aquisições públicas, com carga horária de 4 h/a cada, nos dias 27 e 28 de abril de 2020, ministradas pelo instrutor e responsável técnico **José Roberto Tiossi Junior**.

Informamos ainda que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Atenciosamente,

Daniela Pegoraro Medeiros

Fiscal do Contrato Nº 65/2020

Documento assinado eletronicamente por **DANIELA PEGORARO MEDEIROS**, **COORDENADOR**, em 08/05/2020, às 11:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tce.to.gov.br/sei/processos/verifica.php informando o código verificador **0321422** e o código CRC **B034A833**.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - http://www.cmm.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e execução, que o Professor **José Roberto Tiossi Junior,** ministrou o ***"1º Workshop Licitações Municipais - Imersão na jurisprudência do TCE/PR - 51 Acórdãos impactantes sobre licitações e contratos nas prefeituras e câmaras municipais"***, realizado em Maringá-PR nos dias 24 e 25 de setembro de 2019 com carga horária de 14hs, através do **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS**, sendo que esta entidade encaminhou **05 (cinco) servidores** para participarem da referida capacitação.

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações expressas no plano de aula e cronograma, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Maringá, 09 de Outubro de 2019.

MÁRIO MASSAO HOSSOKAWA
Presidente da Câmara Municipal de Maringá

Documento assinado eletronicamente por **Mário Massao Hossokawa**, **Presidente**, em 09/10/2019, às 15:49, conforme Lei Municipal 9.730/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica informando o código verificador **0152641** e o código CRC **2007DEB6**.

Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP 86990-000 - Colorado - Paraná - (44) 3321-1200 - CNPJ 76.970.326/0001-03 - gabinete@colorado.pr.gov.br - colorado.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e execução, que o Professor **José Roberto Tiossi Junior,** ministrou o ***"1º Workshop Licitações Municipais - Imersão na jurisprudência do TCE/PR - 51 Acórdãos impactantes sobre licitações e contratos nas prefeituras e câmaras municipais"***, realizado em Maringá-PR nos dias 24 e 25 de setembro de 2019 com carga horária de 14hs, através do **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS**, sendo que esta entidade encaminhou dois servidores para participarem da referida capacitação.

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações expressas no plano de aula e cronograma, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Colorado, 09 de Outubro de 2019.

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO
PREFEITO
MUNICIPIO DE COLORADO

Câmara Municipal de Marialva
Rua Nossa Senhora do Rocio, 873 - Centro - CEP 86990-000 / Marialva (PR)
CNPJ: 77.924.678/0001-95 - Telefone: (44) 3232-1300
camara@camaramarialva.pr.gov.br
www.camaramarialva.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e execução, que o Professor **José Roberto Tiossi Junior,** ministrou o ***"1º Workshop Licitações Municipais - Imersão na jurisprudência do TCE/PR - 51 Acórdãos impactantes sobre licitações e contratos nas prefeituras e câmaras municipais"***, realizado em Maringá-PR nos dias 24 e 25 de setembro de 2019 com carga horária de 14hs, através do **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS**, sendo que esta entidade encaminhou 03 (três) servidores para participarem da referida capacitação.

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações expressas no plano de aula e cronograma, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Marialva, 11 de outubro de 2019.

Rafael Militão da Rocha
Assessor Jurídico da Presidência
Câmara Municipal de Marialva

Rafael Militão da Rocha
OAB-PR 44957

Scanned with CamScanner

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal Hiro Vieira - R: Bernardino Bogo | Nº 175 | CEP 87160-000
Fone: |44| 3245-8400 | CNPJ 76.285.329/0001-08
Site: www.mandaguacu.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e execução, que o Professor **José Roberto Tiossi Junior,** ministrou o ***"1º Workshop Licitações Municipais - Imersão na jurisprudência do TCE/PR - 51 Acórdãos impactantes sobre licitações e contratos nas prefeituras e câmaras municipais"***, realizado em Maringá-PR nos dias 24 e 25 de setembro de 2019 com carga horária de 14hs, através do **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS**, sendo que esta entidade encaminhou 02 (dois) servidores para participarem da referida capacitação.

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações expressas no plano de aula e cronograma, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Mandaguaçu, 09 de Outubro de 2019.

ANITO ROCHA DE OLIVEIRA
Diretor do Departamento Administrativo

CERTIFICADO

UNICURSOS

A UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS,
confere o presente certificado a

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR

pela elaboração e apresentação do curso **"COMO COMBATER FRAUDES EM LICITAÇÕES"** realizado nos dias 06, 07 e 08 de JUNHO de 2018, no HOTEL DEL REY em CURITIBA-PR.
Carga Horária: 12 horas

MATHEUS CORREA
Diretor Geral

www.unicursoscuritiba.com.br

000031

NEGÓCIOS PÚBLICOS
Instituto

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que o professor **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR**, prestou serviços ao **INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL - ESTUDOS E PESQUISA NA ADMINISTRACAO PÚBLICA**, CNPJ nº 10.498.974/001-09, na forma de Palestra com o tema "BOAS PRATICAS NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS", no dia 23 de março de 2022, durante o **3° Seminário Nacional Sistema S**, em formato presencial.

Registramos, ainda, que as prestações de serviços acima referidos apresentaram um excelente desempenho operacional, o professor cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que o desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Curitiba (PR), 29 de abril de 2022.

INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E P:10498974000109

Assinado de forma digital por INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E P:10498974000109
Dados: 2022.04.29 10:53:50 03'00'

Rudimar Barbosa dos Reis
Presidente

Tel.: 41 3778.1710
Cel.: 41 98861.1728

falecom@institutonp.com.br

Rua Dr. Brasílio Vicente de Castro, 111
Campo Comprido - Curitiba/PR

negociospublicos.com.br

IBE GESP
EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR**, portador da cédula de identidade RG nº 8.151.545-0, CPF nº 044.296.259-21, na condição de prestador de serviço, integrante do quadro de docentes do INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - IBEGESP, CNPJ nº 15.691.685/0001-37, lecionou o seguinte curso *in company* oferecido pelo Instituto:

Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos
Módulo 3: Alteração contratual, Aplicação de Penalidades e Inexecução/ Rescisão do Contrato Administrativo, Subcontratação e Pagamento

Instituição: Ministério da Economia
Datas: 22, 23, 24, 25 e 26/11/2021

Carga horária: 24 horas-aula – 4 horas-aula autoinstrucionais + 20 horas-aula online e ao vivo

ATESTAMOS, ainda, a inexistência de fatos que desabonem sua conduta técnica, bem como o desempenho de suas atividades dentro dos padrões de qualidade e desempenho esperados, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos serviços e até a presente data.

São Paulo, 24 de janeiro de 2022

Dolores Galvão
CEO - IBEGESP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
30.592.834/0001-02 **MATRIZ**		**30/05/2018**

NOME EMPRESARIAL
PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
58.11-5-00 - Edição de livros
58.13-1-00 - Edição de revistas
59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-02 - Promoção de vendas
73.19-0-03 - Marketing direto
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R GARIBALDI	**50**	**APT 1908**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
87.045-230	**VILA NOVA**	**MARINGA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@LICITACOESMUNICIPAIS.COM.BR	**(44) 9131-0899**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**30/05/2018**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/08/2023** às **09:39:05** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ : 30.592.834/0001-02
NIRE : 41210011819

MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural da cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, nascida em 06 de maio de 1987, portadora da carteira de identidade RG nº 404672887 expedida pela SESP/SP, da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 05424214641 emitida pelo DETRAN/PR em 16/11/2016 e CPF nº 356.338.058-95, residente e domiciliada na Rua Garibaldi nº 50 – Apartamento 1908, Vila Nova, CEP 87045-230, no Município de Maringá, Estado do Paraná,

única sócia da sociedade empresarial denominada **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA,** com sede estabelecida à Rua Garibaldi nº 50 – Apartamento 1908, Vila Nova, CEP 87045-230, no Município de Maringá, Estado do Paraná, cujo contrato social se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 4121001819 em 30/05/2018, devidamente inscrita no CNPJ Nº 30.592.834/0001-02;

resolve por este instrumento de primeira alteração, modificar seu contrato primitivo e posteriores alterações mediante as cláusulas e condições adiante estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA. Ingressa na sociedade o Srº **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, natural de Maringá, Estado do Paraná, nascido em 17 de outubro de 1987, portador da carteira de identidade RG nº 8151545-0 expedida pela SESP/PR, Carteira Nacional de Habilitação nº 03845833118 e cadastrado no CPF nº 044.296.259-21, residente e domiciliado à Garibaldi nº 50 – Apartamento 1908, Vila Nova, CEP 87045-230, no Município de Maringá, Estado do Paraná;

CLÁUSULA SEGUNDA. A sócia **MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI,** anteriormente já qualificada, possuidora de 1.000 (mil) quotas, no valor de R$1.000,00 (mil reais), vende e transfere de forma onerosa 500 (quinhentas) quotas do capital social, no valor de R$500,00 ao sócio ingressante **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR**, aos quais declara haver recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo a declarar, seja a que título ou tempo for, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

Em razão da alteração havida, o capital social, no valor de R$1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas no valor unitário de R$1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, passa a ser distribuídas entre os sócios na seguinte proporção:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR R$
MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI	500	50,00 %	R$ 500,00
JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR	500	50,00 %	R$ 500,00
Total do Capital Social	1.000	100,00 %	R$ 1.000,00

J00036

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ : 30.592.834/0001-02
NIRE : 41210011819

CLÁUSULA TERCEIRA. Os sócios **MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI** e **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR**, ficam investidos no cargo de Administradores da sociedade, com todos os poderes para executar todos os atos da administração, podendo representá-la ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente, assinando de forma isolada.
Parágrafo primeiro. As decisões sobre todos os negócios e questões de interesse da sociedade, serão decididas em comum acordo pelos sócios.
Parágrafo segundo. O sócio administrador poderá isoladamente nomear procuradores com poderes especiais para agirem em nome da sociedade.
Parágrafo terceiro. É vetado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios.

CLÁUSULA QUARTA. Os sócios administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA QUINTA. Os sócios poderão, de comum acordo, realizar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", podendo ser variável, e levados à conta de despesas operacionais da sociedade, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA. No término de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil, ou seja, em 31 de dezembro os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário de bens e mercadorias, o encerramento do balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico.
Parágrafo primeiro. A sociedade poderá durante o decorrer do exercício social, levantar balanços intermediários, à medida que entenderem necessário;
Parágrafo segundo. Depois de feitas às deduções legais, o resultado apurado em cada exercício social, ou em balanço intermediário, quando houver lucro evidenciado, terá destinação que lhe for dada pelos sócios administradores, podendo ser desproporcional ao percentual das quotas individuais do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA. Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes do contrato primitivo e alterações posteriores, que não colidirem com as disposições do presente instrumento de alteração contratual.

J00037

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ : 30.592.834/0001-02
NIRE : 41210011819

CLÁUSULA OITVA. À vista das modificações ora ajustadas consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ: 30.592.834/0001-02
NIRE : 41210011819

MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural da cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, nascida em 06 de maio de 1987, portadora da carteira de identidade RG nº 404672887 expedida pela SESP/SP, da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 05424214641 emitida pelo DETRAN/PR em 16/11/2016 e CPF nº 356.338.058-95, residente e domiciliada na Rua Garibaldi nº 50 – Apartamento 1908, Vila Nova, CEP 87045-230, no Município de Maringá, Estado do Paraná;

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, natural de Maringá, Estado do Paraná, nascido em 17 de outubro de 1987, portador da carteira de identidade RG nº 8151545-0 expedida pela SESP/PR, Carteira Nacional de Habilitação nº 03845833118 e cadastrado no CPF nº 044.296.259-21, residente e domiciliado à Garibaldi nº 50 – Apartamento 1908, Vila Nova, CEP 87045-230, no Município de Maringá, Estado do Paraná;

sócia da sociedade empresarial denominada **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA,** com sede estabelecida à Rua Garibaldi nº 50 – Apartamento 1908, Vila Nova, CEP 87045-230, no Município de Maringá, Estado do Paraná, cujo contrato social se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 4121001819 em 30/05/2018, devidamente inscrita no CNPJ Nº 30.592.834/0001-02;

resolvem, por este instrumento particular de alteração, consolidar seu contrato social e posteriores alterações, que regerá pelas disposições legais aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade adotará o nome empresarial de: **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA,** e terá sua sede e domicilio na Rua Garibaldi nº 50 – Apartamento 1908, Vila Nova, CEP 87045-230, no Município de Maringá, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade tem por objetivo social os SERVIÇOS DE CURSOS, TREINAMENTOS; MARKETING DE PROPAGANDA PROMOCIONAL;

J00038

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ : 30.592.834/0001-02
NIRE : 41210011819

CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE CAMPANHAS DE PUBLICIDADE, SERVIÇOS DE MARKETING; PROMOÇÃO DE VENDAS; DISTRIBUIÇÃO ON LINE DE CONTEÚDO; PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDASDES - YOUTUBER; EDIÇÃO DE LIVROS ELETRÔNICOS - e-BOOKS E REVISTAS; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo de duração da presente sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades a partir de 30 de maio de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – O capital social será de R$ 1.000,00 (hum mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas de valor nominal R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo subscrito e com integralização em moeda corrente do país, ficando dividido, da seguinte forma a saber:

SÓCIOS	QUOTAS	%	VALOR R$
MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI	500	50,00 %	R$ 500,00
JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR	500	50,00 %	R$ 500,00
Total do Capital Social	1.000	100,00 %	R$ 1.000,00

CLÁUSULA QUINTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA – Os sócios **MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI** e **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR**, ficam investidos no cargo de Administradores da sociedade, com todos os poderes para executar todos os atos da administração, podendo representá-la ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente, assinando de forma isolada.
Parágrafo primeiro. As decisões sobre todos os negócios e questões de interesse da sociedade, serão decididas em comum acordo pelos sócios.
Parágrafo segundo. O sócio administrador poderá isoladamente nomear procuradores com poderes especiais para agirem em nome da sociedade.
Parágrafo terceiro. É vetado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização dos outros sócios.

CLÁUSULA OITAVA – No término de cada exercício social, que coincidirá com o ano civil, ou seja, em 31 de dezembro os administradores prestarão contas

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ : 30.592.834/0001-02
NIRE : 41210011819

justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário de bens e mercadorias, o encerramento do balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico.
Parágrafo primeiro. A sociedade poderá durante o decorrer do exercício social, levantar balanços intermediários, à medida que entenderem necessário;
Parágrafo segundo. Depois de feitas às deduções legais, o resultado apurado em cada exercício social, ou em balanço intermediário, quando houver lucro evidenciado, terá destinação que lhe for dada pelos sócios administradores, podendo ser desproporcional ao percentual das quotas individuais do capital social.

CLÁUSULA NONA – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os sócios poderão, de comum acordo, realizar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", podendo ser variável, e levados à conta de despesas operacionais da sociedade, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Falecendo ou interditado qualquer sócio durante a vigência do presente contrato, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificados em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os sócios administradores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A Sociedade será enquadrada na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

000040

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ : 30.592.834/0001-02
NIRE : 41210011819

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Fica eleito o foro da comarca de Maringá, Estado do Paraná, para dirimir as dúvidas e controvérsias do exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em via única.

Maringá/PR, 12 de janeiro de 2023.

MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI
CPF nº 356.338.058-95

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR
CPF nº 044.296.259-21

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04429625921	JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR
35633805895	MAYARA EMIKO OKABAYASHI TIOSSI

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/01/2023 14:37 SOB Nº 20230284000.
PROTOCOLO: 230284000 DE 16/01/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12300857599. CNPJ DA SEDE: 30592834000102.
NIRE: 41210011819. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 12/01/2023.
PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Código de Autenticidade: 02DD2BF5C3949B089261AD7F0195F851

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA
Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Cadastro: 206557	CNPJ/CPF: 30.592.834/0001-02	Protocolo Geral: 49589/2021	24/07/2021, Concede

INSCRIÇÃO DE CADASTRO MOBILIÁRIO

PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA

LOCALIZAÇÃO
RUA GARIBALDI, 50
APTO 1908 - VILA NOVA
Área Construída Utilizada: 0,00 m²
Área Total Utilizada: 0,00 m²
Área de Pátio: 0,00 m²
Área de Processamento: 0,00 m²

Zona	Quadra	Data
15	000	012

Cadastro Imobiliário
15016406

ATIVIDADE
TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL; EDIÇÃO DE LIVROS; EDIÇÃO DE REVISTAS; PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE; PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET; AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE; PROMOÇÃO DE VENDAS; MARKETING DIRETO; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.

OBSERVAÇÕES
EM CASO DE ATIVIDADE EM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL, ESTA INSCRIÇÃO FICA CONDICIONADA A SOMENTE ESCRITÓRIO CONCOMITANTE À RESIDÊNCIA. TAMBÉM DEVERÁ OBSERVAR CONTIDO À LEI COMPLEMENTAR 981/2013. INSCRIÇÃO EMITIDA EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL 1552/2021 E A LEI COMPLEMENTAR 1290/2021 - DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA E INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CONTRIBUINTE. ESTA INSCRIÇÃO NÃO EXIME DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTIDAS EM LEGISLAÇÕES

Expedido em 20/09/2021

Código validador nº 7E34A6ED4

Prezado contribuinte!

1. Juntamente com a "Inscrição de Cadastro Mobiliário" está sendo entregue o *código validador* acima descrito. Guarde-o com segurança.
2. O código será requisitado para validação do usuário no primeiro acesso aos sistemas informatizados da Prefeitura, após a solicitação de *senha web*.
3. A *senha web* deverá ser solicitada no endereço eletrônico *https://isse.maringa.pr.gov.br*.
4. Não é necessário a solicitação de *senha web* para empresas que utilizam o *Certificado Digital e-CNPJ*. Neste caso, basta acessar diretamente o sistema pretendido.

Dúvidas, entre em contato através do e-mail: *isseletronico@maringa.pr.gov.br*.
Procedimento válido a partir de 12/12/2016.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3122570230

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR

1ª HABILITAÇÃO
08/05/2006



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
17/10/1987, MARINGA, PR

4a DATA EMISSÃO
29/09/2022

4b VALIDADE
29/09/2032

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
81515450 SESP PR

4d CPF
044.296.259-21

5 Nº REGISTRO
03845833118

9 CAT HAB
AC

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JOSE ROBERTO TIOSSI

ADELICE MIOTTO TIOSSI

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		29/09/2032	
A1			
B		29/09/2032	
B1			
C		29/09/2032	
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
70185836651
PR921989646

LOCAL
CURITIBA, PR

3122570230

PARANÁ

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expeditora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA038458331<180<<<<<<<<<<<<
8710178M3209295BRA<<<<<<<<<<<2
JOSE<<ROBERTO<TIOSSI<JUNIOR<<<

QR-CODE

000043

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Data da consulta: 05/09/2023 16:54:45

000044

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **30.592.834/0001-02**
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 30/05/2018**
Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores:

Data Inicial	Data Final	Detalhamento
30/05/2018	31/12/2020	Desenquadrada por Comunicação Obrigatória do Contribuinte

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

Voltar | Gerar PDF

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA
CNPJ: 30.592.834/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:38:02 do dia 18/01/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 16/07/2024.
Código de controle da certidão: **DC6D.AA7D.FBC2.9B43**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

000046

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032688253-60

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **30.592.834/0001-02**
Nome: **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA**
Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/05/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (17/01/2024 11:13:01)

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MARINGA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos Nº 39864/2024

Certificamos, conforme requerido por **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS**, CPF/CNPJ nº **30.592.834/0001-02**, para fins **DE LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA,** CPF/CNPJ nº **30.592.834/0001-02**, situado (a) na cidade de Maringá.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

Emitida em: **18/02/2024**

Válida até: **18/05/2024**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal nº 1500/2017

Código de Autenticação: **59422B4CCADDD1965AA392DF17C6EFAC**

Para verificar a autenticidade, consulte o site: *http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portal-contribuinte*

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 30.592.834/0001-02
Razão Social: PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA
Endereço: R GARIBALDI 50 APT 1908 / VILA NOVA / MARINGA / PR / 87045-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/02/2024 a 04/03/2024

Certificação Número: 2024020402455748721293

Informação obtida em 09/02/2024 07:32:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 30.592.834/0001-02
Certidão nº: 61910078/2023
Expedição: 06/11/2023, às 12:07:19
Validade: 04/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **30.592.834/0001-02, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

EMD ONLINE

EMD
ESCOLA MINEIRA DE DIREITO

CERTIFICADO

Certificamos que

José Roberto Tiossi Junior

palestrou no **2º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos da Escola Mineira de Direito,** que ocorreu entre os dias 27 a 30 de junho de 2022, através do YouTube.

Varginha, 28 de julho de 2022.

Junia Oliviera Papini Lemes
Diretora Administrativa

050030

EMD ONLINE

EMD
ESCOLA MINEIRA DE DIREITO

CERTIFICADO

Certificamos que

José Roberto Tiossi Junior

palestrou no **1º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos da Escola Mineira de Direito,** que ocorreu entre os dias 16 a 19 de novembro de 2021, através do YouTube.

Varginha, 28 de julho de 2022.

Junia Oliviera Papini Lemes
Diretora Administrativa

TC0005

CURRICULO

Advogado expert em Contratações Públicas Municipais. Mestre em Direito pela UniCESUMAR. **Especialista** em Direito Público e em Direito Tributário pela Universidade Anhanguera (Uniderp). **Graduado** em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). **Professor** da Escola Superior de Advocacia do Paraná (ESA/PR) em cursos de Licitações e Contratos. **Professor** da Pós-Graduação sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos da PUC/PR, Católica de Santa Catarina, Faculdade Pólis Civitas, Escola Mineira de Direito. **Professor convidado** da EDAMP - Escola de Direito do Ministério Público, no curso de Pós-Graduação em Direito Público na disciplina Planejamento Orçamentário nas Contratações Públicas. **Professor convidado** por várias Instituições de Ensino Superior em Cursos de Pós-Graduação em disciplinas sobre Licitações e Contratos, Administração Pública e Improbidade Administrativa. **Professor visitante** na University of Florida - USA - Frederic G. Levin College of Law (2018). **Autor do livro:** "Orçamento Público: Investimentos em educação como forma de efetivação dos Direitos da Personalidade" e **Co-autor dos livros:** "Logística no Setor Público", "Lei das Empresas Estatais: Responsabilidade empresarial e o impacto para o desenvolvimento econômico nacional" e "A Lei de Introdução e o Direito Administrativo Brasileiro". **Organizador da Coletânea** Legislação "Licitações e Contratos" do Portal LM. **Palestrante e Parecerista**. **Membro** do IAP - Instituto dos Advogados do Paraná. **Membro** do Instituto Paranaense de Direito Administrativo – IPDA. **Membro** da Comissão de Gestão Pública e Controle da OAB/PR. **Membro** da Comissão de Compliance da OAB Maringá. **Foi Presidente** da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR Subseção de Maringá - PR (2015-2018) e da Comissão de Direito Administrativo da ABA - Associação Brasileira de Advogados em Maringá (2018). **Foi Consultor e facilitador** credenciado do SEBRAE/PR nas áreas de Políticas Públicas e Legislação Aplicada às ME/EPP. **Foi coordenador jurídico** no Observatório Social de Maringá (2009 a 2011) e do Observatório Social do Brasil (2011), atuando atualmente como voluntário. **Fundador** do Portal Licitações Municipais.

JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR: 04429625921

Assinado digitalmente por JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR: 04429625921
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=14258048000102, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A1, CN=JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR:04429625921
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2023.08.26 14:07:34-04'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

ICON - Instituto de Contas
Escola de Governo do TCE/SC

Certificado

Certificamos que

JOSé ROBERTO TIOSSI JúNIOR

Palestrou no "Fórum On-line - Licitações e Contratos Administrativos", promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e coordenado pelo Instituto de Contas do TCE/SC, nos dias 1, 2 e 3 de dezembro de 2021, com carga horária conforme programação no verso.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2021

Conselheiro Luiz Roberto Herbst
Supervisor do Instituto de Contas

Sabrina Maddalozzo Pivatto
Diretora Executiva do Instituto de Contas

Certificado registrado no ICON sob código: QDQ2ND7BMlqxQHurvNTVv em

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

PROGRAMAÇÃO

Data	Horário	Programação	Palestrante
01/12/2021	14:15 - 15:30	As Perspectivas para as Contratações Públicas a partir da NLL: Ajustes e Aperfeiçoamento	Dr. Carlos Ari Sundfeld
01/12/2021	15:30 - 16:15	Procedimentos Auxiliares na NLL	Me. Evaldo Araújo Ramos
01/12/2021	16:15 - 17:00	As Novas Atribuições da Assessoria Jurídica e do Controle Interno na NLL	Dra. Christianne Carvalho Stroppa
01/12/2021	17:00 - 18:00	Dispensa e Inexigibilidade na NLL	Me. Noel Antônio Baratieri
02/12/2021	14:00 - 14:45	O Papel do Agente de Contratação da NLL	Me. José Roberto Tiossi Júnior
02/12/2021	14:45 - 15:30	Pregão e Sistema de Registro de Preços na NLL	Me. Victor Aguiar Jardim de Amorim
02/12/2021	15:30 - 16:15	Especificações Técnicas e Inovação da NLL	Me. Álvaro do Canto Capagio
02/12/2021	16:15 - 17:00	As Novas Modalidades de Licitações na NLL: Principais Novidades	Me. Hewerstton Humenhuk
02/12/2021	17:00 - 18:00	A Atuação do Tribunal de Contas no Controle na NLL	Sandro Luiz Nunes
03/12/2021	14:00 - 14:15	O Papel do Fiscal e Gestor do Contrato na NLL	Me. Gabriela Pércio
03/12/2021	14:15 - 15:30	Reajuste, Repactuação e Revisão na NLL	Dr. Luciano Elias Reis
03/12/2021	15:30 - 16:15	Prorrogação e Alterações Contratuais à Luz da NLL	Me. Ronny Charles Lopes de Torres
03/12/2021	16:15 - 17:00	As Sansões Administrativas na NLL	Dr. Rodrigo Valgas dos Santos
03/12/2021	17:00 - 18:00	A NLL: Continuidades e Rupturas	Ministro do TCU Benjamin Zymler

Tribunal de Contas de Santa Catarina

Certificado registrado no ICON sob código: QDQ3ND78MiqxQHwwNTYx em

0054

EGP | ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA

TCEPR | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Certificado

Conferido à: JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR

Na qualidade de: PALESTRANTE

Promoção: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Evento: : LIVE SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES - TEMA: MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Data: 22/07/2021

Local: YOUTUBE/EGP

Carga horária total: 02h

TEMA/CONTEÚDO:

Modalidades de Licitação na Lei 14.133/21.

Edilson Gonçales Liberal
Diretor da Escola de Gestão Pública

Fabio Camargo
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

FACULDADE
PÓLIS
CIVITAS

CREDENCIADA PELA PORTARIA Nº 1.582 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019 – D.O.U DE 12/09/2019

CERTIFICADO

A Faculdade Pólis Civitas, no uso de suas atribuições legais, certifica que

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JÚNIOR

faz parte do quadro de docentes da PÓS-GRADUAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS SOB O VIÉS DA LEI 14.133/2021, trabalhando com a disciplina "Pregão Presencial e Eletrônico sob o viés da lei 14.133", com conteúdo e carga horária descritos no verso.

Curitiba, 29 de junho de 2021

Geslani Cristina Grzyb Pinheiro
Diretora Geral Faculdade Pólis Civitas

000056

DISCIPLINA: PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO SOB O VIÉS DA LEI 14.133	
1) Evolução legislativa da modalidade pregão; 2) Características do pregão; 3) Bens e serviços comuns; 4) Atribuições e responsabilidade do Pregoeiro; 5) Utilização do Pregão Eletrônico por estados e municípios; 6) Pregão para obras e serviços de engenharia; 7) Impugnação e recursos administrativos nos pregões; 8) Rito Procedimental no Pregão; 9) Elaboração e divulgação do edital. 10) Critérios de julgamentos; 11) Fase de Lances; 12) Prerrogativas das Micro e Pequenas Empresas nos Pregões.	60 h/a REGISTRO DO CURSO E-MEC
Ato regulatório: Portaria n°6 de 13 de março de 2021	

Curitiba, 29 de junho de 2021

Geslani Cristina Grzyb Pinheiro
Diretora Geral Faculdade Pólis Civitas

000057

Católica SC
Centro Universitário

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o professor **JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR** atuou como docente convidado na disciplina, conforme segue:

- Disciplina: Seleção de Fornecedor
- Carga/horária: 36 horas/aula.
- Curso: Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Licitações e Contratos
- Turma 2022.1 – Aulas Remotas (OnLine)
- Data: 02/05, 09/05, 16/05, 3/05/22 e 30/05/2022

Atenciosamente,

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Daniela Utzig Rossi
CPF: 019.477.879-77
Supervisora Adm. de Pós-Graduação

EGP | ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA

TCEPR | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DECLARAÇÃO

Declaro, a quem interessar possa, que a professora **NADIA APARECIDA DALL AGNOL**, CPF 060.021.899-63 prestou serviços para a **ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA** do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**, com sede à Praça Nossa Senhora de Salete, inscrita no CNPJ nº 77.996.312/0001-21, nos dias 28 de outubro e 02 de dezembro de 2021.

Registro que a professora prestou serviços como palestrante nas LIVES transmitidas pelo YouTube da Escola de Gestão Pública e que estas estão disponíveis em nossa página, são elas:

- Série Nova Lei de Licitações – Novo Pregão Eletrônico – Episódio 14 (1h40);
- Licitações na Prática – Debate (1h45).

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Curitiba, 29 de julho de 2022.

EDILSON GONÇALES LIBERAL
Diretor

FACULDADE CIDADE VERDE
GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

000060

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o Professor **José Roberto Tiossi Junior**, portador do RG 81515450, ministrou a disciplina de Licitações Públicas Eletrônicas – Pregões no curso de Pós- Graduação MBA em Gestão Financeira e Negócios, com carga horária de 20 horas aula, na Faculdade Cidade Verde, nos dias 13/05 e 27/05/2017.

Por ser esta a expressão da verdade, firmamos o presente.

Maringá, 27 de maio de 2017.

Professor Dr. Hamilton Luiz Favero
Diretor de Pós-Graduação



XIX Congresso Paranaense
de Direito Administrativo
Direito Administrativo do medo
em homenagem ao Professor Márcio Cammarosano

CERTIFICADO

CONFERIMOS O PRESENTE CERTIFICADO A

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR

PELA PARTICIPAÇÃO NO XIX CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO,
REALIZADO NA OAB - PR, EM CURITIBA - PR, NOS DIAS 21 A 24 DE AGOSTO DE 2018,
COM CARGA HORÁRIA DE 34 HORAS, NA QUALIDADE DE
DEBATEDOR NO 7º PAINEL DE DEBATES
Tema: **LICITAÇÕES PÚBLICAS: ENTRE A INOVAÇÃO E O MEDO DA REFORMA**

EDGAR GUIMARÃES
PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO

REALIZAÇÃO: ipda Instituto Paranaense de Direito Administrativo | ITAIPU BINACIONAL
PATROCÍNIO: SANEPAR | COPEL Telecom
APOIO: OAB PARANÁ | ibeji | FÓRUM | Instituto Rui Barbosa | TCEPR
ORGANIZAÇÃO: efeito

000061

IDAMS Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul

OAB MATO GROSSO DO SUL Comissão do Advogado Publicista

Certificado

Certificamos que

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR

Participou como Palestrante com o tema *"Inexigibilidade e Dispensa: Reflexões sobre o Dever de Licitar"* no **"SEMINÁRIO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÃO - PL Nº 6814/2017"**, promovido pelo Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul – IDAMS e Comissão do Advogado Publicista da OAB/MS, no dia 04 de Maio de 2018, em Campo Grande-MS, que contou com a presença dos Deputados Federais Augusto Coutinho e João Arruda, respectivamente Presidente e Relator da Comissão Especial da Nova Lei de Licitações da Câmara dos Deputados.

Campo Grande, 04 de Maio de 2018.

João Paulo Lacerda da Silva
Presidente do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul

Mansour Elias Karmouche
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso do Sul

290006

EDAMP | ESCOLA DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que

José Roberto Tiossi Junior

ministrou aula com o tema "Planejamento Orçamentário nas Contratações Públicas", na disciplina de **Direito Financeiro Contemporâneo**, com carga horária de 10 horas, no curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em **Direito Público**, oferecido pela EDAMP em parceria com a Faculdade Unigran Capital, em fevereiro de 2019, no semestre 2019.1.

Campo Grande-MS, 23 de fevereiro de 2019.

Prof. Me. Lindomar Tiago Rodrigues
Diretor-Geral da EDAMP

Prof. Dr. Flávio Garcia Cabral
Coordenador da Pós-Grad. *Lato Sensu* em Direito Público

00063

Prefeitura do Município de Maringá - PR

Secretaria Municipal de Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Número	**257** 000064
Competência	**02/2023**
Emitida em	**06/02/2023 11:01:06**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **30.592.834/0001-02** Inscrição Municipal: 206557

Endereço: R. GARIBALDI, 50 - VILA NOVA - APTO 1908 - 87045230

Telefone: 4430244433 Email: legal.audcont@gmail.com Município: Maringá - PR

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**

CPF/CNPJ: **18.132.449/0001-79**

Endereço: Rua Gomes Barbosa, 803 - Centro - 36570-101

Telefone: Email: Município: Viçosa - MG

Discriminação dos serviços:
Prestação de serviço de capacitação de pessoal mediante realização de curso fechado (in company) aos servidores municipais, visando a atualização profissional acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021), realizado no dia 26 e 27/01/2022, em formato presencial.

Professor: José Roberto Tiossi Junior
Valor da hora R$ 2.000,00, conforme proposta enviada

PROCESSO PRC01737/22
LICITACAO INEX0035/22
OF PARCIAL 00080/23
DATA DA OF 27/01/2023
VALOR DA OF R$ 30.690,20

Valor Total da NFS-e	**R$ 30.690,20**

Código de Tributação
201 - Instrução e treinamento

Valor Serviços R$ 30.690,20		Desc. Incondicional R$ 0,00	Desc. Condicional R$ 0,00	Deduções da Base R$ 0,00	Base de Cálculo R$30.690,20
Alíquota ISS ***	Valor ISS ***		Valor ISS retido R$ 0,00	Valor PIS R$ 0,00	Valor COFINS R$ 0,00
Valor IR R$ 0,00	Valor INSS R$ 0,00	Valor CSLL R$ 0,00	Valor Outras Retenções R$ 0,00	**Valor Liquido** **R$ 30.690,20**	
Optante Simples Sim	Regime Simples Nac.(ME EPP)	Situação NFS-e Normal	Natureza da Operação Exigível	Município de Incidência Maringá-PR	Resp. Recolhimento do ISS Prestador

Outras informações:
Esta NFS-e foi emitida com fundamento no Decreto Municipal Nº 1427/2012
* Alíquota e valor ISS definido no encerramento do PGDAS-D de acordo com as regras da Legislação Federal do Simples Nacional.
Consulte a autenticidade deste documento em https://nfse.ecity.maringa.pr.gov.br/VerificarAutenticidade

CONSULTE A AUTENTICIDADE UTILIZANDO O CÓDIGO

K A T F N W A D X

Código de Verificação
KATFNWADX

Prefeitura do Município de Maringá - PR

Secretaria Municipal de Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Número	**258** 00065
Competência	**02/2023**
Emitida em	**06/02/2023 13:08:34**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **30.592.834/0001-02** Inscrição Municipal: 206557

Endereço: R. GARIBALDI, 50 - VILA NOVA - APTO 1908 - 87045230

Telefone: 4430244433 Email: legal.audcont@gmail.com Município: Maringá - PR

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**

CPF/CNPJ: **18.132.449/0001-79**

Endereço: Rua Gomes Barbosa, 803 - Centro - 36570-101

Telefone: Email: Município: Viçosa - MG

Discriminação dos serviços:
Prestação de serviço de capacitação de pessoal mediante realização de curso fechado (in company) aos servidores municipais, visando a atualização profissional acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021), realizado no dia 26 e 27/01/2022, em formato presencial.

Professor: José Roberto Tiossi Junior
Valor da hora R$ 2.000,00, conforme proposta enviada

PROCESSO PRC01737/22
LICITACAO INEX0035/22
OF PARCIAL 00093/23
DATA DA OF 27/01/2023
VALOR DA OF R$ 20.690,20

Valor Total da NFS-e	**R$ 20.690,20**

Código de Tributação
8201 - Instrução e treinamento

Valor Serviços R$ 20.690,20		Desc. Incondicional R$ 0,00	Desc. Condicional R$ 0,00	Deduções da Base R$ 0,00	Base de Cálculo R$20.690,20
Alíquota ISS ***	Valor ISS ***		Valor ISS retido R$ 0,00	Valor PIS R$ 0,00	Valor COFINS R$ 0,00
Valor IR R$ 0,00	Valor INSS R$ 0,00	Valor CSLL R$ 0,00	Valor Outras Retenções R$ 0,00	**Valor Liquido** **R$ 20.690,20**	
Optante Simples Sim	Regime Simples Nac.(ME EPP)	Situação NFS-e Normal	Natureza da Operação Exigível	Município de Incidência Maringá-PR	Resp. Recolhimento do ISS Prestador

Outras informações:
Esta NFS-e foi emitida com fundamento no Decreto Municipal Nº 1427/2012
* Alíquota e valor ISS definido no encerramento do PGDAS-D de acordo com as regras da Legislação Federal do Simples Nacional.
Consulte a autenticidade deste documento em https://nfse.ecity.maringa.pr.gov.br/VerificarAutenticidade

CONSULTE A AUTENTICIDADE UTILIZANDO O CÓDIGO

4 S F Z E 7 B B Z

Código de Verificação
4SFZE7BBZ

Prefeitura do Município de Maringá - PR

Secretaria Municipal de Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Número	**229** 000066
Competência	**10/2022**
Emitida em	**19/10/2022 21:20:17**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **30.592.834/0001-02** Inscrição Municipal: 206557

Endereço: RUAGARIBALDI, 50 - VILA NOVA - APTO 1908 - 87045230

Telefone: 44030244433 Email: Município: Maringá - PR

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **MUNICIPIO DE SAO JOAO DO TRIUNFO**

CPF/CNPJ: **75.193.516/0001-07**

Endereço: Rua Tenente Coronel Carlos Souza , 312 - Centro - . - 84150-000

Telefone: Email: Município: São João do Triunfo - PR

Discriminação dos serviços:
Capacitação in company sobre a Nova Lei de Licitações, com foco na implementação prática da Lei 14.133/2021, ministrada presencialmente pelos Profs. José Roberto Tiossi Jr e Bruno Barboza, para servidores da Prefeitura de São João do Triunfo-PR nos dias 13 e 14 de Outubro de 2022.

Total de horas de capacitação: 12 horas
Valor da Hora: R$ 2.000,00

Banco Inter (077)
Agência 0001
Conta Corrente 4201434-4

Valor Total da NFS-e	**R$ 26.000,00**

Código de Tributação
[redacted]201 - Instrução e treinamento

Valor Serviços R$ 26.000,00		Desc. Incondicional R$ 0,00	Desc. Condicional R$ 0,00	Deduções da Base R$ 0,00	Base de Cálculo R$26.000,00
Alíquota ISS ***	Valor ISS ***		Valor ISS retido R$ 0,00	Valor PIS R$ 0,00	Valor COFINS R$ 0,00
Valor IR R$ 0,00	Valor INSS R$ 0,00	Valor CSLL R$ 0,00	Valor Outras Retenções R$ 0,00	**Valor Liquido** **R$ 26.000,00**	
Optante Simples Sim	Regime Simples Nac.(ME EPP)	Situação NFS-e Normal	Natureza da Operação Exigível	Município de Incidência Maringá-PR	Resp. Recolhimento do ISS Prestador

Outras informações:
Esta NFS-e foi emitida com fundamento no Decreto Municipal Nº 1427/2012
* Alíquota e valor ISS definido no encerramento do PGDAS-D de acordo com as regras da Legislação Federal do Simples Nacional.
Consulte a autenticidade deste documento em https://nfse.ecity.maringa.pr.gov.br/VerificarAutenticidade

CONSULTE A AUTENTICIDADE UTILIZANDO O CÓDIGO

1 T Y Y B R 1 W F

Código de Verificação
1TYYBR1WF

Prefeitura do Município de Maringá - PR

Secretaria Municipal de Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Número	**352** 000067
Competência	**11/2023**
Emitida em	**09/11/2023 14:48:39**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA**

Nome Fantasia: **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **30.592.834/0001-02** Inscrição Municipal: 206557

Endereço: R. GARIBALDI, 50 - VILA NOVA - APTO 1908 - 87045230

Telefone: 4430244433 Email: legal.audcont@gmail.com Município: Maringá - PR

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **MUNICIPIO DE MANHUACU**

CPF/CNPJ: **18.385.088/0001-72**

Endereço: Praça Cinco de Novembro, 381 - Centro - 36900-091

Telefone: Email: administracao@manhuacu.mg.gov.br Município: Manhuaçu - MG

Discriminação dos serviços:
Prestação de serviço de capacitação avançada de servidores municipais mediante realização de curso fechado (in company), visando a atualização profissional acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021), realizado nos dias 30 e 31 de Outubro de 2023, com carga horária de 16 horas, em formato presencial, na Câmara Municipal deste município de Manhuaçu/MG.

Professor: José Roberto Tiossi Junior
Valor da hora R$ 2.000,00, conforme proposta enviada
Despesas de personalização R$ 8.040,00
Despesas de deslocamento R$ 8.670,20

Conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 15/2023

Valor Total da NFS-e	**R$ 48.710,20**

Código de Tributação
080201 - Instrução e treinamento

Valor Serviços R$ 48.710,20		Desc. Incondicional R$ 0,00	Desc. Condicional R$ 0,00	Deduções da Base R$ 0,00	Base de Cálculo R$48.710,20
Alíquota ISS ***	Valor ISS ***		Valor ISS retido R$ 0,00	Valor PIS R$ 0,00	Valor COFINS R$ 0,00
Valor IR R$ 0,00	Valor INSS R$ 0,00	Valor CSLL R$ 0,00	Valor Outras Retenções R$ 0,00	**Valor Liquido** **R$ 48.710,20**	
Optante Simples Sim	Regime Simples Nac.(ME EPP)	Situação NFS-e Normal	Natureza da Operação Exigível	Município de Incidência Maringá-PR	Resp. Recolhimento do ISS Prestador

Outras informações:
Esta NFS-e foi emitida com fundamento no Decreto Municipal Nº 1427/2012
* Alíquota e valor ISS definido no encerramento do PGDAS-D de acordo com as regras da Legislação Federal do Simples Nacional.
Consulte a autenticidade deste documento em https://nfse.ecity.maringa.pr.gov.br/VerificarAutenticidade

CONSULTE A AUTENTICIDADE UTILIZANDO O CÓDIGO

DZDW4HUBX

Código de Verificação
DZDW4HUBX

Prefeitura do Município de Maringá - PR

Secretaria Municipal de Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Número	**360** 00068
Competência	**11/2023**
Emitida em	**29/11/2023 10:28:51**

Substitui a NFS-e Nº 359 de 28/11/2023 05:20

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA**

Nome Fantasia: **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **30.592.834/0001-02** Inscrição Municipal: 206557

Endereço: R. GARIBALDI, 50 - VILA NOVA - APTO 1908 - 87045230

Telefone: 4430244433 Email: legal.audcont@gmail.com Município: Maringá - PR

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/MA**

CPF/CNPJ: **69.555.019/0001-09**

Endereço: Rua Simplício Moreira, 1185 - Centro - 65901-490

Telefone: Email: cpl_camaramunicipaldeitz@outlook.com Município: Imperatriz - MA

Discriminação dos serviços:
Prestação de serviço de capacitação avançada de servidores municipais mediante realização de curso fechado In Company da Nova Lei de Licitações com foco na implementação prática da Lei 14.133/21, realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2023, com carga horária de 16 horas, em formato presencial, na Câmara Municipal de Imperatriz/MA.

Professor: José Roberto Tiossi Junior
Valor da hora R$ 2.000,00, conforme proposta enviada
Despesas de deslocamento R$ 15.713,20

Conforme:
Processo n. 050/2023
Inexigibilidade n. 003/2023
Contrato n. 20231121/2023

Valor Total da NFS-e	**R$ 47.713,20**

Código de Tributação
080201 - Instrução e treinamento

Valor Serviços R$ 47.713,20		Desc. Incondicional R$ 0,00	Desc. Condicional R$ 0,00	Deduções da Base R$ 0,00	Base de Cálculo R$47.713,20
Alíquota ISS ***	Valor ISS ***		Valor ISS retido R$ 0,00	Valor PIS R$ 0,00	Valor COFINS R$ 0,00
Valor IR R$ 0,00	Valor INSS R$ 0,00	Valor CSLL R$ 0,00	Valor Outras Retenções R$ 0,00	**Valor Liquido** **R$ 47.713,20**	
Optante Simples Sim	Regime Simples Nac.(ME EPP)	Situação NFS-e Normal	Natureza da Operação Exigível	Município de Incidência Maringá-PR	Resp. Recolhimento do ISS Prestador

Outras informações:
Esta NFS-e foi emitida com fundamento no Decreto Municipal Nº 1427/2012
* Alíquota e valor ISS definido no encerramento do PGDAS-D de acordo com as regras da Legislação Federal do Simples Nacional.
Consulte a autenticidade deste documento em https://nfse.ecity.maringa.pr.gov.br/VerificarAutenticidade

CONSULTE A AUTENTICIDADE UTILIZANDO O CÓDIGO

0BN8GV132

Código de Verificação
0BN8GV132

Prefeitura do Município de Maringá - PR

Secretaria Municipal de Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Número	**291** 00069
Competência	**05/2023**
Emitida em	**24/05/2023 09:59:49**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **30.592.834/0001-02** Inscrição Municipal: 206557

Endereço: R. GARIBALDI, 50 - VILA NOVA - APTO 1908 - 87045230

Telefone: 4430244433 Email: legal.audcont@gmail.com Município: Maringá - PR

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **MUNICIPIO DE CONGONHAS**

CPF/CNPJ: **16.752.446/0001-02**

Endereço: PC PRESIDENTE KUBSTCHEK, 135 - CENTRO - 36415-000

Telefone: Email: Farley.cota@congonhas.mg.gov.br Município: Congonhas - MG

Discriminação dos serviços:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO, SOBRE LEI DE LICITAÇÃO 14.133/2021, COM ABORDAGEM DE QUESTÕES PRÁTICAS, COMUMENTE VIVENCIADAS, VISANDO SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS E POLÊMICAS COM BASE NA EVOLUÇÃO DOS JULGADOS DOS TRIBUNAIS, CONFORME PRC137/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO PC/10157/2022, INEXIBILIDADE 046/2023, HOMOLOGADA EM 16/05/2023, CONTRATO 152/2023.

TREINAMENTO DE 16 HORAS, REALIZADO NOS DIAS 17 E 18 DE MAIO DE 2023, PELO PROFESSOR JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR, VALOR DA HORA R$ 2.000,00, PERFAZENDO R$ 32.000,00.
REEMBOLSO DE DESPESAS DE DESLOCAMENTO (CONFORME RELATÓRIO E ANEXOS) R$ 7.282,02.

Valor Total da NFS-e	**R$ 39.282,02**

Código de Tributação
201 - Instrução e treinamento

Valor Serviços R$ 39.282,02		Desc. Incondicional R$ 0,00	Desc. Condicional R$ 0,00	Deduções da Base R$ 0,00	Base de Cálculo R$39.282,02
Alíquota ISS ***	Valor ISS ***		Valor ISS retido R$ 0,00	Valor PIS R$ 0,00	Valor COFINS R$ 0,00
Valor IR R$ 0,00	Valor INSS R$ 0,00	Valor CSLL R$ 0,00	Valor Outras Retenções R$ 0,00	**Valor Liquido** **R$ 39.282,02**	
Optante Simples Sim	Regime Simples Nac.(ME EPP)	Situação NFS-e Normal	Natureza da Operação Exigível	Município de Incidência Maringá-PR	Resp. Recolhimento do ISS Prestador

Outras informações:

Esta NFS-e foi emitida com fundamento no Decreto Municipal Nº 1427/2012
* Alíquota e valor ISS definido no encerramento do PGDAS-D de acordo com as regras da Legislação Federal do Simples Nacional.
Consulte a autenticidade deste documento em https://nfse.ecity.maringa.pr.gov.br/VerificarAutenticidade

CONSULTE A AUTENTICIDADE UTILIZANDO O CÓDIGO

6 Y E B H 6 G N 2

Código de Verificação
6YEBH6GN2

Prefeitura do Município de Maringá - PR

Secretaria Municipal de Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Número	**228** 000070
Competência	**10/2022**
Emitida em	**19/10/2022 21:07:08**

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **30.592.834/0001-02** Inscrição Municipal: 206557

Endereço: RUAGARIBALDI, 50 - VILA NOVA - APTO 1908 - 87045230

Telefone: 44030244433 Email: Município: Maringá - PR

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: **AVANTE - INSTITUTO DE CAPACITACAO E EVOLUCAO HUMANA LTDA**

CPF/CNPJ: **44.448.585/0001-82**

Endereço: Rua das Orquídeas, 1158 - Setor Residencial Sul - 78550-035

Telefone: Email: Município: Sinop - MT

Discriminação dos serviços:
Aula ministrada pelo Prof. José Roberto Tiossi Junior sobre Fiscalização e Gestão de Contratos no Congresso Mato-Grossense de Licitações, realizado em Cuiabá-MT nos dias 10 e 11 de Outubro de 2022.

Valor da hora: 2.000,00
Total de horas ministrada: 3 horas

Banco Inter (077)
Agência 0001
Conta Corrente 4201434-4

Valor Total da NFS-e	**R$ 6.000,00**

Código de Tributação
[illegible]201 - Instrução e treinamento

Valor Serviços R$ 6.000,00		Desc. Incondicional R$ 0,00	Desc. Condicional R$ 0,00	Deduções da Base R$ 0,00	Base de Cálculo R$6.000,00
Alíquota ISS ***	Valor ISS ***		Valor ISS retido R$ 0,00	Valor PIS R$ 0,00	Valor COFINS R$ 0,00
Valor IR R$ 0,00	Valor INSS R$ 0,00	Valor CSLL R$ 0,00	Valor Outras Retenções R$ 0,00	**Valor Liquido** **R$ 6.000,00**	
Optante Simples Sim	Regime Simples Nac.(ME EPP)	Situação NFS-e Normal	Natureza da Operação Exigível	Município de Incidência Maringá-PR	Resp. Recolhimento do ISS Prestador

Outras informações:
Esta NFS-e foi emitida com fundamento no Decreto Municipal Nº 1427/2012
* Alíquota e valor ISS definido no encerramento do PGDAS-D de acordo com as regras da Legislação Federal do Simples Nacional.
Consulte a autenticidade deste documento em https://nfse.ecity.maringa.pr.gov.br/VerificarAutenticidade

CONSULTE A AUTENTICIDADE UTILIZANDO O CÓDIGO

P 7 L 3 L V W Y 1

Código de Verificação
P7L3LVWY1

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D' OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CPNJ: 76.995.380/0001-03

SÃO JORGE D'OESTE - PARANÁ, 21/02/2024

DA: **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS**

PARA: **Departamento de Administração, Contabilidade e Finanças**
SR. IVANIR DA SILVA

ASS. **FAZ SOLICITAÇÃO**

Tem o presente a finalidade de solicitar de Vossa Senhoria que nos informe a existência de recursos, financeiros objetivando a **Contratação da plataforma de ensino digital, visando a capacitação continuada, em licitações e contratos, dos servidores desta municipalidade.**, até o valor de R$ **30.000,00 (trinta mil reais).**

Atenciosamente,

SÃO JORGE D'OESTE
23 - 11 - 63

Leandro Pagliari Jacobs
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

Ivanir da Silva
Contador

Recebi neste data 21 / 02 / 24.

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D' OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CPNJ: 76.995.380/0001-03

SÃO JORGE D'OESTE - PARANÁ, 21/02/2024

DE: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS
PARA: SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS

Senhor

Em atenção a solicitação expedida por Vossa Senhoria em, **21/02/2024**, informamos a existência de previsão de dotação orçamentária para assegurar o empenho das obrigações decorrentes da(s) aquisição(ões) constante da solicitação supra, sendo que o mesmo será efetuado através da Dotação Orçamentaria existente e mediante abertura de crédito adicional suplementar na(s) seguinte(s) dotação(ões):

Dotações					
Exercício da despesa	**Conta da despesa**	**Funcional programática**	**Fonte de recurso**	**Natureza da despesa**	**Grupo da fonte**
2024	**1770**	**07.001.04.122.0004.2026**	**0**	**3.3.90.39.99.99**	**Do Exercício**

Cordialmente,

IVANIR DA SILVA
Contador

Daniel Souza Dias
Presidente

Recebi neste data 21/02/24.

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Memorando nº 09/2024.

São Jorge D'Oeste, 21 de fevereiro de 2024.

A Secretaria de Administração Contabilidade e Finanças,
Departamento de Administração,
Divisão de Licitações,

LEILA DA ROCHA, prefeita do município de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 145, inciso VI do Decreto nº. 3.927/2023, vem por meio deste, **AUTORIZAR** a CONFECÇÃO DO EDITAL, referente ao Processo de Licitação da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, que versa sobre contratação de plataforma digital MUNICÍPIO 360 Mentoria Plus, conforme documentos em anexo arrolados aos autos do processo de licitação.

LEILA DA ROCHA
Prefeita

PARECER JURÍDICO

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DIGITAL ESPECIALIZADA EM CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES MUNICIPAIS. ENSINO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. AULAS.MINUTAS. POSSIBILIDADE DE SOLUCIONAR DÚVIDAS. LEI 14.133/21. INEXIGIBILIDADE. ART. 74, III, F DA LEI 14.133/21.

1. BREVE SÍNTESE DOS FATOS:

Pretende-se a contratação direta de licença de acesso à plataforma virtual de ensino **Município 360 – PORTAL LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA – PLANO MENTORIA PLUS**, através de login e senha de uso exclusivo pelo período de 12 (doze) meses, para capacitação continuada dos servidores desta instituição, visando a aplicar a Lei 14.133/2021 de forma adequada, eficiente e transparente em âmbito municipal.

Cumpre destacar que referida contratação visa qualificar os servidores para implementar, regulamentar e aplicar a nova lei de licitações, além de mantê-los atualizados diante de eventuais novidades legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais.

Na plataforma de ensino, ocorrerão aulas ao-vivo mensalmente com foco em contratações públicas municipais ministradas pelo Prof. José Roberto Tiossi Junior, permitindo em tempo real, o esclarecimento de dúvidas dos alunos; todas as aulas ficarão gravadas para posterior visualização e fixação de conteúdo; serão realizadas mentorias exclusivas semanalmente mediante agendamento; plantões de dúvidas virtuais quinzenalmente; disponibilização de minutas de documentos para otimizar o aprendizado; além de uma comunidade exclusiva de servidores públicos municipais para interação e compartilhamento de boas práticas em gestão pública municipal.

Acrescenta-se que o presente processo segue com os seguintes documentos: 1) Documento de formalização de demanda; 2) Estudo técnico

preliminar, Termo de referência; 3) Proposta da empresa; 4) Documentos pertinentes à habilitação; 5) Comprovação de notória especialização; 6) Justificativa de preços.

Isto posto, segue abaixo a análise jurídica.

2. DO PARECER:

2.1. DA NECESSIDADE DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO:

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 apresenta em vários artigos de forma expressa, a necessidade de qualificação e capacitação dos servidores públicos que atuam nas mais variadas fases dos processos licitatórios, com destaque para os artigos 7o, inciso II, 18 § 1° inciso X, 169, § 3° inciso I, e 173.

O Tribunal de Contas da União vem recomendando a adoção de programas de capacitação continuada dos servidores públicos envolvidos nos processos licitatórios, visando garantir mais eficiência e segurança jurídica nas contratações, vejamos:

> ***Acórdão nº 2.897/2019 - TCU - Segunda Câmara***
> *19.4.1. Avalie a conveniência e a oportunidade de* ***prover capacitação contínua de servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos com vistas a aperfeiçoar o setor de contratação.***
>
> ***Acórdão nº 1.007/2018 – TCU - Plenário***
> *(...)* ***elabore e passe a adotar, rotineiramente, um programa continuado de implementação de ações de treinamento e atualização profissional periódica, com estabelecimento de prazos e metas, que tenha por objetivo o aprimoramento continuado de competências desempenhadas na área de licitações e contratos.***
>
> ***Acórdão nº 3.707/2015 – TCU – 1ª Câmara***
> *Recomendar ao omissis, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:*
> ***promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos***

licitatórios *e adote, formalmente, medidas administrativas que coíbam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios; (Grifamos.)*

Acórdão nº 544/2016 – TCU – 1ª Câmara
Determinar ao omissis, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que elabore um plano de ação, no prazo de 90 dias, contemplando as seguintes medidas:

Acórdão nº 564/2016 – TCU – 2ª Câmara
1.7. ***Recomendar à omissis que:***
adote medidas administrativas necessárias*: (a) ao adequado acompanhamento da execução contratual; (b) à proibição de uso dos veículos oficiais por pessoas estranhas ao serviço público;* ***(c) à capacitação de pessoal nas áreas de patrimônio e gestão de contratos;***

Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão
9.1.3. institua política de capacitação para os profissionais do (omissis), de forma regulamentada, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, acompanhamento e fiscalização contratual e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços. *" (Grifamos.)*

Acórdão nº 8.233/2013 – TCU – Primeira Câmara
1.7. ***Dar ciência à (...) sobre as seguintes impropriedades: (...) 1.7.3 não realização, para os servidores que atuam na área de licitações e contratos, de treinamentos sobre licitações sustentáveis, fiscalização de contratos, serviços contínuos e outros correlatos, conforme recomendado no Acórdão 4.529/2012-TCU-1ª Câmara****; (Grifamos)*

Acórdão nº 2.917/2010 – Plenário – TCU *(Representação. Informática. Contrato de produtos e serviços de suporte técnico para internalização da tecnologia. Obrigatoriedade de designação formal de servidores qualificados para fiscalização contratual) (RELATÓRIO) (...) 5.7.6.* ***Acerca das incumbências do fiscal do contrato, o TCU entende que devem ser designados servidores***

> ***públicos qualificados para a gestão dos contratos, de modo que sejam responsáveis pela execução de atividades e/ou pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços*** *(item 9.2.3 do Acórdão nº 2.632/2007-P). 5.7.7. O servidor designado para exercer o encargo de fiscal não pode oferecer recusa, porquanto não se trata de ordem ilegal. Entretanto, tem a opção de expor ao superior hierárquico as deficiências e limitações que possam impedi-lo de cumprir diligentemente suas obrigações. A opção que não se aceita é uma atuação a esmo (com imprudência, negligência, omissão, ausência de cautela e de zelo profissional), sob pena de configurar grave infração à norma legal (itens 31/3 do voto do Acórdão nº 468/2007-P). (TCU, Acórdão nº 2.917/2010, Plenário, Rel. Valmir Campelo, DOU de 09.11.2010.) (Grifamos).*
>
> ***Acórdão nº 2.997/2009 – Plenário – TCU***
> *Convênio. Fraude na comprovação de que os serviços foram executados) (VOTO) 13.* ***Outra ocorrência grave foi a emissão dos Pareceres Técnicos de nº 01 a 04/2005 por funcionário não qualificado e competente para atestar os serviços prestados, haja vista que tal empregado só possuía formação de nível fundamental*** *e, de fato, não acompanhou ou fiscalizou a execução do contrato. O próprio funcionário, Sr. [omissis], confirma a irregularidade, conforme depoimento colhido nos autos (fls. 118/119 – VP): (...). (TCU, Acórdão nº 2.997/2009, Plenário, Rel. Valmir Campelo, DOU de 11.12.2009.) (Grifamos.)*

A própria Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a aplicação de recursos no desenvolvimento e capacitação dos servidores públicos.

> *Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.*
>
> *§ 7º* ***Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários*** *provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação,* ***para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento,*** *modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*

Ora, não há dúvidas, há uma constante necessidade pela realização de capacitações e atualizações para o pleno cumprimento das atribuições públicas, com segurança jurídica e eficiência.

Isto posto, diante do atual cenário de implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos, permeiam dúvidas e inseguranças, há diversos desafios, portanto, a contratação de plataforma digital que visa a capacitação continuada é realmente imprescindível para o Poder Público, conforme conclusão exposta no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

2.2. DA INEXIGIBILIDADE:

A Lei 14.133/21 apresenta de forma expressa em seu artigo 74 sobre os casos de inexigibilidade, de modo que o inciso III alínea "f" dispõe sobre treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, *in verbis*:

> *Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
>
> *III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
>
> *f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*
>
> *§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

Após a leitura do artigo supracitado, é possível verificar no inciso III que o legislador considerou inexigível a licitação com inviabilidade de competição quando envolver serviço que, simultaneamente, configurar três condições:

1. Seja técnico especializado;
2. Seja de natureza predominantemente intelectual;
3. Seja contratado junto a profissional ou empresa de notória especialização.

O caso em comento atende as três características: é um serviço técnico especializado - *pois depende da experiência particular dos profissionais envolvidos; da especialização; das metodologias utilizadas* - é predominantemente intelectual – *visto que está embasado no conhecimento, nos estudos, na ciência; nas competências profissionais necessárias* - e será efetuado por empresa especializada e profissional de notória especialização – a *empresa e o profissional são reconhecidos, com expertise na área, são diferenciados; apresentam novidades e são capazes de solucionar problemas complexos.*

No tocante à escolha da plataforma digital "**MUNICÍPIO 360 do Portal Licitações Municipais - Plano Mentoria Plus 360"** para a capacitação continuada dos servidores, cumpre ressaltar que o Professor José Roberto Tiossi Junior, responsável técnico e coordenador do projeto é nacionalmente conhecido e reconhecido como referência em licitações para entidades municipais, em razão de sua notória especialização. Já a opção pelo formato digital, se justifica pela dinâmica de aprendizagem gradual e continuada, com possibilidade de rever as aulas, facilitando a fixação de conteúdo, além da economia financeira comparada com eventos presenciais. Sobre o tema, o Ministro do STF, Eros Grau, esclarece:

> *31: Impõem-se à Administração - isto é, ao agente público destinatário dessa atribuição - o dever de inferir qual o profissional ou empresa cujo trabalho é, essencial e indiscutivelmente, o mais adequado àquele objeto. Há intensa margem de discricionariedade aqui, ainda que o agente público, no cumprimento daquele dever de inferir, deva considerar atributos de notória especialização do contratado ou contratada. (Eros Roberto Grau, in Licitação e Contrato*

> *Administrativo - Estudos sobre a Interpretação da Lei, Malheiros, 1995, pág. 77) (grifamos)*

No mesmo sentido, segue o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> *É natural, pois, que, em situações deste gênero, a eleição do eventual contratado — a ser obrigatoriamente escolhido entre os sujeitos de reconhecida competência na matéria — recaia em profissional ou empresa cujos desempenhos despertem no contratante a convicção de que, para o caso, serão presumivelmente mais indicados do que os de outros, despertando-lhe a confiança de que produzirá a atividade mais adequada para o caso. Há, pois, nisto, também um componente inelimitável por parte de quem contrata.*[1]

E complementa Lúcia Valle Figueiredo:

> *Se há dois, ou mais, altamente capacitados, mas com qualidades peculiares, lícito é, a Administração, exercer seu critério discricionário para realizar a escolha mais compatível com seus desideratos.*[2]

É defeso pelo STF, conforme voto do Ministro Roberto Barros:

> *5. Duas considerações podem justificar o afastamento do dever de licitar nesses casos: (i) a peculiaridade dos próprios serviços, quando sejam marcados por considerável relevância e complexidade; e (ii) a falta de parâmetros para estruturar a concorrência entre diferentes prestadores especializados. Imagine-se, e.g., a contratação de advogados para o fim de auxiliar na renegociação de empréstimos vultosos tomados pelo Poder Público junto a uma entidade estrangeira.* ***Certamente é possível identificar um conjunto de profissionais dotados de prestígio nessa área de atuação, mas não se pode estabelecer uma comparação inteiramente objetiva entre os potenciais habilitados. A atribuição de um encargo como esse pressupõe uma relação de confiança na expertise diferenciada do prestador, influenciada por fatores como o estilo da***

[1] MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 17ª ed., São Paulo: Malheiros, 2004, pág. 507.
[2] 3 FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Direitos do Licitantes, 4ª ed. São Paulo, Malheiros, 1993, p. 32.

> ***argumentação, a maior ou menor capacidade de desenvolver teses inovadoras, atuações pretéritas em casos de expressão comparável, dentre outros.*** *(grifo nosso) (STF, Inq. nº 3.074-SC, 1ª. Turma. Rel. Mn. Roberto Barroso).*

Portanto, cabe ao Administrador escolher o mais adequado à satisfação das necessidades e que atenderá ao interesse público, visto que o próprio legislador admitiu a existência de opções menos adequadas, e trouxe o poder discricionário para a escolha do contratado, sob a devida e indispensável motivação na expertise e nas soluções dispostas.

Salienta-se que o § 3º do art. 74, já transcrito acima, define que a notória especialização o(a) profissional ou empresa advém do "*conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato*".

Nesse sentido, comprova-se a *expertise* através também do currículo do idealizador, professor e coordenador da referida plataforma digital:

JOSÉ ROBERTO TIOSSI JUNIOR: Advogado e Parecerista. Mestre em Direito. Professor convidado de Licitações e Contratos em cursos de Pós-graduação da PUC/PR, Católica/SC, Escola Mineira de Direito, Faculdade Pólis Civitas, CERS - Complexo de Ensino Renato Saraiva, EDAMP - Escola de Direito do Ministério Público e UniCV. Membro do IAP – Instituto dos Advogados do Paraná. Diretor do IPDA - Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Fundador do Portal Licitações Municipais. Participou de capacitações promovidas por Tribunais de Contas sobre a Lei 14.133/2021, além de ter participado de audiências públicas com os deputados relatores sobre o projeto de lei da nova lei de licitações.

Em face do exposto, a realização da contratação da inexigibilidade é compatível com a norma, fundamentada no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei

14.133/21 e na discricionariedade da escolha da capacitação que melhor atenda as necessidades do Poder Público.

3. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Diante da natureza personalíssima e intelectual do objeto, inexiste meios objetivos para comparar valores de potenciais contratados.

Nesse sentido, a Lei 14.133/21 trouxe o procedimento necessário em seu artigo 23, § 4º, vejamos:

> *Art. 23, § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.*

Referido entendimento já era passivo, vejamos a Orientação Normativa N.17 da AGU:

> *"A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS."*

Assim, as contratações similares do próprio contratado demonstram a compatibilidade com o preço de mercado e justificam a contratação, como mui bem ensinado por Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

> *"Justificar o preço não é, em absoluto, informar que a Administração se sujeitou ao preço imposto pelo contratado. O sentido do termo é muito mais amplo: justificar o preço é declarar, conforme o que for determinado em cada inciso ou parágrafo do artigo que autoriza a contratação direta, se o valor contratado é compatível com o do mercado, ou se o preço*

> *é justo, certo, que uma avaliação técnica encontraria"*[3] *(Ulysses Jacoby: 2004, p. 646).*

Nesse caso, foram arrolados documentos que comprovam que a média do valor de hora/aula do professor José Roberto Tiossi Junior – através de contratações anteriores – e pela promessa da entrega da plataforma, já é compatível com o valor final, isso sem considerarmos os demais serviços.

4. CONCLUSÃO

Assim, conclui-se que 1) o processo é composto pelos documentos necessários; 2) o caso em tela configura a realização da contratação por inexigibilidade; 3) está enquadrado como serviço técnico especializado, predominantemente intelectual e será realizado por empresa especializada e profissionais de notórias especializações; 4) há justificativa de preços,sendo assim, RECOMENDA-SE pelo prosseguimento da Contratação.

Salvo melhor juízo, é o entendimento.

São Jorge D' Oeste, 21 de fevereiro de 2024

ELIZANGELA ALVES GOMES
PROCURADORA JURIDICA MUNICIPAL
OAB/PR 64103

[3] JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta sem licitação. Brasília, Brasília Jurídica. 5ed. 2004.p. 646.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 010/2024

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. PRÊAMBULO:

O Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.995.380/0001-03, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

I – Base Legal:

a) Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III, f.

II – Processo Administrativo nº 010/2024.

2. OBJETO:

OBJETO: Contratação da plataforma de ensino digital, visando a capacitação continuada, em licitações e contratos, dos servidores desta municipalidade.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Valor do objeto:

PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Qtde.	Preço	Preço total
1	1	Contratação da plataforma digital MUNICÍPIO 360 – Plano Mentoria Plus, com acesso às aulas (ao vivo e gravadas); minutas editáveis; até 12 orientações técnicas por escrito; mentorias em grupo e individual e acesso a comunidade exclusiva de servidores.	UN	1,00	30.000,00	30.000,00
					TOTAL.....	**30.000,00**

3.2. O valor total a ser cobrado pelo sistema a ser adquirido será de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

5. JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Diante do cenário da recente implementação da Lei n. 14.133/2021, urge a necessidade de capacitação, atualização e nivelamento em licitações e contratos para os servidores que atuam neste setor.

A capacitação é fundamental para garantir que os servidores e agentes públicos estejam aptos para realizar os certames públicos, de maneira competente e em total conformidade com as melhores práticas e normativas vigentes.

Destaca-se que a contratação de uma capacitação continuada robusta evidencia o compromisso desta Administração com a gestão eficiente dos recursos públicos, da importância de fornecer conhecimento para os servidores e de fortalecer a confiança pública. Ademais, viabiliza uma cultura de excelência, transparência e prevenção de riscos.

Ora, tão essencial quanto o conhecimento é a obtenção de informações seguras, uma plataforma que permita o acesso a todos os assuntos que envolvem as contratações públicas, que auxilie no deslinde de impasses e na solução de dúvidas, que geram inseguranças e atrasam os processos.

A contratação em tela é uma oportunidade ímpar para obter o conhecimento necessário durante 12 (doze) meses, bem como ter contato com minutas editáveis de diversos documentos e regulamentos que facilitarão a implementação da Lei.

Ainda, além de todo ensino teórico e prático, a contratação possui um grande diferencial, visto que disponibiliza acesso a um grupo de servidores públicos engajados e unidos no mesmo propósito; bem como mentorias quinzenalmente em grupo e até 4 mentorias individuais por mês (**Plano Mentoria Plus**). Sem dúvidas, esse espaço para debates, trocas de experiências e boas práticas com outros servidores e diretamente com o Prof. Tiossi Junior e equipe, fará total diferença na implementação da Nova Lei de Licitações.

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, por se tratar de contratação não planejada, haja vista novação da Lei 14.133/21.

.

6. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos seguintes recursos e Dotações Orçamentárias:

Dotações

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	1770	07.001.04.122.0004.2026	0000	3.3.90.39.99.99	Do Exercício

7. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA:

PESSOA JURÍDICA:

a) Regularidade com a Fazenda Federal;
b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
d) Regularidade com o FGTS
e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;

8. DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a inexigibilidade de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

I – Página do Município de São Jorge D'Oeste;
II – Diário Oficial dos Municípios – AMP;
III Editora Jornal de Beltrão.

8.2. As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca São João, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Jorge D'Oeste – Pr, 21/02/2024

LEILA DA ROCHA
PREFEITA

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D' OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CPNJ: 76.995.380/0001-03

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 2/2024

Em análise ao processo de inexigibilidade **de Licitação nº 002/2024**, de 21/02/2024, instaurado pela Secretaria de Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sra. Leila da Rocha**, Prefeita de São Jorge D`Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III, f.

VALOR ESTIMADO - R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

OBJETO: Contratação da plataforma de ensino digital, visando a capacitação continuada, em licitações e contratos, dos servidores desta municipalidade.

PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Qtde.	Preço	Preço total
1	1	Contratação da plataforma digital MUNICÍPIO 360 – Plano Mentoria Plus, com acesso às aulas (ao vivo e gravadas); minutas editáveis; até 12 orientações técnicas por escrito; mentorias em grupo e individual e acesso a comunidade exclusiva de servidores.	UN	1,00	30.000,00	30.000,00
					TOTAL.....	30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso III, f., da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: **PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA**, CNPJ Nº. 30.592.834/0001-02, situada na Rua Garibaldi, 50 Apto. 1908 - CEP: 87045-230 - BAIRRO: Vila Nova CIDADE/UF: Maringá/PR

CONTRATANTE: Município de São Jorge D`Oeste - Paraná.

São Jorge D` Oeste, 21/02/2024.

Leila da Rocha
Prefeita

SINDIMETAL Sudoeste

SINDIMETAL/SUDOESTE -SINDICATO DAS INDÚSTRIAS, METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE PATO BRANCO
ELEIÇÕES SINDICAIS

Pelo presente edital, ficam convocados todos os associados do Sindimetal/Sudoeste - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Pato Branco, em condições de votar, para as eleições, que serão realizadas no dia 19/03/2024, no período das 12 às 22 horas, na sede desta Entidade, sito na Rua Pedro Vieira, 120, em Pato Branco, no Estado do Paraná, para a composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, efetivos e suplentes, ficando aberto o prazo de 10 (dez) dias, para o registro de chapas, que começará a contar no primeiro dia útil subsequente da data da publicação deste Edital. A Secretaria da Entidade funcionará, no período destinado ao registro de chapas, no horário das 8h30min às 11h30 min e das 13 horas às 18 horas. Caso não seja obtido "quorum" em primeira convocação, a eleição será realizada em segunda convocação no dia 20/03/2024, sendo considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos dos eleitores presentes. No caso de chapa única, será instalada a assembleia eleitoral no dia 20/03/2024, às 18 horas em primeira convocação desde que presentes a maioria absoluta dos associados em condições de votar. Não estando presente este quórum, a mencionada assembleia ser instalada às 19 horas, sendo considerados eleitos os candidatos que obtiverem a maioria dos votos dos eleitores presentes.

Pato Branco, 14 de fevereiro de 2024 Rua Pedro Vieira, 120- Pato Branco-Pr –

Olcimar Tramontini - Presidente

gov.br Documento assinado digitalmente
OLCIMAR TRAMONTINI
Data: 19/02/2024 08:41:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prefeitura Municipal de Sulina

A integra dos atos abaixo esta disponivel link: http://www.diariomunicipal.com.br/amp, de 22/02/2024.

DECRETO Nº 016/2024, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 – Nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Sulina, e dá outras providências.

DECRETO Nº 017/2024, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024 – Dispõe sobre a nomeação do Conselho Escolar nos Estabelecimentos de Ensino no Município de Sulina-Pr., e dá outras providências

A integra dos atos abaixo está disponível link: http://www.diariomunicipal.com.br/amp, de 23/02/2024.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2024, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 – Aditivo de inclusão de veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 – Contratação da empresa GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA, CNPJ 75.104.422/0008-82.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2024, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024 – Contratada: GRAFICA E EDITORA POSIGRAF LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE
Pérola D'Oeste - Estado do Paraná
Rua Presidente Costa e Silva, 280 - Cnpj. Nº 740-0001 - Telefone 046 35561223
Home Page: http://www.peroladoeste.pr.gov.br - E-mail: pmoeste@peroladoeste.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 03/2024 – TIPO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal. Senhor EDSOM LUIZ BAGETTI, e a Senhora Laís Fernanda Gindri Schwingel, Pregoeira, designada pela Portaria de nº 11/2024 de 17/01/2024, o uso de suas atribuições legais, faz saber e TORNA PÚBLICO aos interessados, que se encontra aberto o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que será regido pela Lei Federal de nº Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 30/2023 e suas posteriores alterações e legislação correlata, para a finalidade abaixo especificada:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 03/2024.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO: A presente licitação, do tipo menor preço por ITEM, tem por objeto registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados à unidade de saúde e pronto atendimento do município de Pérola D'Oeste – PR.
2. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 12 de Março de 2024, às 08:30min.
3. SESSÃO DE DISPUTA: Dia 12 de Março de 2024, às 08:45h.
4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitações ou no Portal da Transparência desta municipalidade, a partir do dia 23 de Fevereiro de 2024, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao@peroladoeste.pr.gov.br ou diretamente no site de Compras Governamentais.
5. SISTEMA ELETRÔNICO: Portal Compras Governamentais/Compras-Net.
6. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília – DF.

Pérola D'Oeste/PR, 22 de Fevereiro de 2024.
EDSOM LUIZ BAGETTI - Prefeito Municipal
LAIS FERNANDA GINDRI SCHWINGEL - Pregoeira

www.jornaldebeltrao.com.br

Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 2/2024

Em análise ao processo de inexigibilidade de Licitação nº 002/2024, de 21/02/2024, instaurado pela Secretaria de Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o Sra. Leila da Rocha, Prefeita de São Jorge D'Oeste, R A T I F I C A o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III, f.

VALOR ESTIMADO - R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

OBJETO: Contratação da plataforma de ensino digital, visando a capacitação continuada, em licitações e contratos, dos servidores desta municipalidade.

PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA

Seq	Item	Descrição/Serviço	Unidade	Quant.	Preço	Preço total
	1	Contratação da plataforma digital MUNICIPIO 360 – Plano Mentoria Plus, com acesso as aulas (ao vivo e gravadas) e mínimo ilimitado de 12 orientações técnicas por escrito/mensagens em grupo e individual e acesso a comunidade exclusiva de servidores.	UN	1,00	30.000,00	30.000,00
				TOTAL		30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso III, f., da Lei Federal 14.133/2021.
FORNECEDOR: PORTAL LICITACOES MUNICIPAIS LTDA, CNPJ Nº. 30.592.834/0001-02, situada na Rua Garibaldi, 50 Apto. 1908 - CEP: 87045-230 - BAIRRO: Vila Nova CIDADE/UF: Maringá/PR
CONTRATANTE: Município de São Jorge D'Oeste - Paraná.

São Jorge D' Oeste, 21/02/2024.
Leila da Rocha - Prefeita

EXTRATO DE TERMO DE RECOMPOSIÇÃO

Termo aditivo:	**6º TERMO DE RECOMPOSIÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/2023**, parte integrante do(a) Pregão nº 11/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. 76.995.383/0001-03
Contratada:	**ALDERI DE CESARO & CIA LTDA – CNPJ nº. 01.973.331/0001-70**
Objeto:	**O presente Termo tem por objeto o reequilíbrio do valor dos seguintes produtos:** **LOTE 1 – ITEM 11: BANANA CATURRA KG: de R$ 4,13 (quatro reais e treze centavos), para R$ 4,99 (quatro reais e noventa e nove centavos).** **LOTE 1 – ITEM 12: BATATA INGLESA KG: de R$ 4,06 (quatro reais e seis centavos), para R$ 8,11 (oito reais e onze centavos).** **LOTE 1 – ITEM 14: BETERRABA KG: de R$ 3,75 (três reais e setenta e cinco centavos), para R$ 7,50 (sete e cinquenta centavos).** **LOTE 1 – ITEM 40: CENOURA KG: de R$ 5,01 (cinco reais e um centavo), para R$ 8,38 (oito reais e trinta e oito centavos).** **LOTE 1 – ITEM 81: MAÇA ESPECIAL FUJI KG: de R$ 7,04 (sete reais e quatro centavos), para R$ 11,64 (onze reais e sessenta e quatro centavos).** **LOTE 1 – ITEM 110: REPOLHO VERDE KG: de R$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos), para R$ 8,27 (oito reais e vinte e sete centavos).** **LOTE 1 – ITEM 117: TOMATE KG: de R$ 6,80 (seis reais e oitenta centavo), para R$ 9,04 (oito reais e quatro centavos).**
Prazo de vigência	**04/04/2024**
Prazo de execução	**04/04/2024**
Data assinatura	22/02/2024

EXTRATO DE TERMO DE RECOMPOSIÇÃO

Termo aditivo:	**6º TERMO DE RECOMPOSIÇÃO A ATA DE REGISTRO Nº. 54/2023**, parte integrante do(a) Pregão nº 11/2023
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. 76.995.380/0001-03
Contratada:	**IARA MARIA BASEGGIO LTDA – CNPJ nº.** 10.809.818/0001-03
Objeto:	**O presente Termo tem por objeto o reequilíbrio do valor do seguinte produto;** **LOTE 1 – ITEM 09: ARROZ PARBOLIZADO 5 KG: de R$ 25,67 (vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos), para R$ 27,72 (vinte e sete reais e setenta e dois centavos).** **LOTE 1 – ITEM 62: FEIJÃO PRETO: tipo 1 KG: de R$ 5,70 (cinco reais e setenta centavos), para R$ 8,26 (oito reais e vinte e seis centavos).**
Prazo de vigência	**04/04/2024**
Prazo de execução	**04/04/2024**
Data assinatura	22/02/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 – UASG 926478

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 07/03/2024 até as 08h00, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Por lote que tem por objeto Registro de preços, objetivando a futura ou eventual aquisição de produtos alimentícios (perecíveis e não perecíveis) e materiais de limpeza para o 30° Encontro em comemoração ao Dia Internacional da Mulher promovido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de São Jorge D'Oeste/Pr. Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das 08h00 do dia 07 de março de 2024, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 22/02/2024.
Leila da Rocha - Prefeita

Prefeitura Municipal de Pato Branco

MUNICIPIO DE PATO BRANCO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 13/2023. PROCESSO Nº 259/2023. HOMOLOGO O PROCESSO LICITATÓRIO QUE TEM POR OBJETO: a execução de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 79.868,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual nos trechos citados em edital e ADJUDICO seu objeto para a empresa: F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.461.328/0001-29, com valor global de R$ 13.051.266,33 (treze milhões cinquenta e um mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos). Pato Branco, 22 de Fevereiro de 2024. Robson Cantu - Prefeito.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO –
EXTRATO TERMO DE ADITAMENTO Nº 01/2024 – TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2023 – LC

PARTES: Município de Pato Branco e Instituto de Saúde São Lucas - ISSAL. OBJETO: estabelecer as condições de obrigações entre as partes signatárias, cuja finalidade é o repasse de auxílio financeiro, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, ao CONVENENTE, de recurso proveniente do Ministério da Saúde, através da Portaria GM/MS nº 96/2023 e Portaria GM/MS nº 443/2023. ADITAMENTOS: PRAZO DE EXECUÇÃO – prorroga-se o prazo de execução para mais 30 dias, ficando prorrogado até 27 de março de 2024; PRAZO DE VIGÊNCIA – prorroga-se o prazo de vigência para mais 30 dias, ficando prorrogado até 27 de junho de 2024. Pato Branco, 22 de fevereiro de 2024. Robson Cantu – Prefeito. João Petry – Diretor Presidente.

Grêmio Industrial Patobranquense

EDITAL 01/2024 DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO CONSELHO DIRETOR GESTÃO 2024/2025

DO GRÊMIO INDUSTRIAL PATOBRANQUENSE

O **Grêmio Industrial Patobranquense**, por intermédio do Presidente do Conselho Deliberativo, **Sr. Valentin José Martignoni**, no uso de suas atribuições legais constantes do §1º do Artigo 4º do Regimento Interno e em obediência ao contido no inciso II do artigo 18, da Seção I do Estatuto Social, convoca **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE ELEIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR**, a ser realizada em sua sede Campestre, sito à Rua Araucária, 683, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Pato Branco/Pr, no dia **23/03/2024**, em primeira convocação as 08h30 com a presença da maioria absoluta de associados e, em segunda convocação às 09h00 com qualquer número de votantes em pleno gozo de seus direitos, com previsão de encerramento as 17h00, a fim de eleger os seguintes cargos do Conselho Diretor

a) Presidente;

b) vice-Presidente;

c) diretor 1º secretário;

d) diretor 2º secretário;

e) diretor 1º tesoureiro;

f) diretor 2º tesoureiro.

NORMAS E PRAZOS PARA O PROCEDIMENTO DE VOTAÇÃO

1. ASSOCIADOS ELEGÍVEIS

1.1. Somente poderão se candidatar a cargos do Conselho Diretor os sócios patrimoniais, patrimoniais individuais beneméritos e patrimoniais terceira idade, ter no mínimo um ano de matrícula social e ter mais de 18 anos. (Art. 121 c/c Art 49 RI)

1.2. As chapas concorrentes à eleição do Conselho Diretor deverão ser indicadas por, pelo menos 10 (dez) conselheiros ou por 100 sócios com direito a voto (inciso II §2 Art. 81)

1.3. Os candidatos a Presidente do Conselho Diretor deverão ter no mínimo 03 (três) anos de matrícula social, ter sido conselheiro por um período de 02 (dois) anos ou ter sido eleito membro do Conselho Diretor e exercido o mesmo pelo período integral ou mandato e os candidatos aos demais cargo deverão ter no mínimo 01 (um) ano de matrícula social e apresentar certidão negativa de idoneidade moral. (inciso III, §2º do Art. 81 do RI)

1.4. No pedido de inscrição das chapas deverão constar as assinaturas dos candidatos manifestando a sua concordância

2. ASSOCIADOS ELEITORES

2.1. Somente poderão votar os sócios patrimoniais, patrimoniais individuais, patrimoniais beneméritos e patrimoniais terceira inade, maiores de 18 anos, quites com a tesouraria e em pleno gozo dos seus direitos e das prerrogativas sociais. (art. 79 RI)

2.2. Não podem votar nem ser votados os associados que exerçam funções remuneradas no Grêmio, os dependentes dos sócios e as pessoas jurídicas proprietárias de frotas patrimoniais (§2º do Art. 79 do RI).

2.3. Não podem votar nem ser votados os associados que ocuparem seu título a terceiros. (§ 5º Art. 11)

2.4. Não será admitido voto por procuração. (§4º do art. 79 do RI).

3. RECEBIMENTO DE INSCRIÇÕES DE CHAPAS

3.1. Conforme estabelece o artigo 82 do Regimento Interno, as chapas que desejarem concorrer para ao conselho diretor do **GRÊMIO INDUSTRIAL PATOBRANQUENSE**, deverão formalizar as inscrições das chapas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral **Sr. Solemar Compagnoni**, protocolados diretamente na secretaria do clube até as 18h00 do quinto dia anterior à data designada (19/03/24) para a realização do pleito eleitoral previsto para o dia **23/03/2024**, na sede campestre, localizada na Rua Araucária, 683, bairro Santa Terezinha na cidade de Pato Branco/PR, podendo designar um nome que a identifique.

3.2. Também deverá ser anexado no ato da inscrição, documento assinado por cada um dos candidatos afirmando seu interesse em compor a chapa e o cargo correspondente

3.3. Não serão aceitas inscrições de candidatos à Presidência ou qualquer outro cargo da Diretoria isoladamente

3.4. A ausência de cumprimento dos itens acima desclassificará automaticamente a chapa

4. DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS

4.1. Expirado o prazo de registro das candidaturas, as chapas e os nomes dos candidatos serão afixadas nas dependências sociais, no quadro de avisos e nos locais de maior concentração de associados. (Art. 83 do RI).

5. DEMAIS ORIENTAÇÕES

5.1. No ato de entrega de cédula, será consecutivamente liberada a chapa do candidato a presidente que for eleito mais antigo do clube. (Inciso VII do artigo 81 do RI).

5.2. Concluída a apuração da eleição para o Conselho Diretor, se não houver impugnação, o Presidente da Assembleia Geral empossará o presidente da entidade e imediatamente a chapa eleita que tomará posse na segunda quinzena do mês de abril, lavrando-se o termo no livro ata respectivo. (art. 112 do RI)

6. EVENTUAIS CASOS OMISSOS

6.1. As eleições serão regidas pelos artigos 18 e seguintes do Estatuto social e demais disposições do Regimento Interno e os eventuais casos omissos, lacunas, imprecisas e requerimentos formulados pelos sócios ou abstenção serão deliberados pela Comissão Eleitoral, responsável pela condução do pleito.

6.2. Os associados poderão consultar cópia do Estatuto Social e/ou Regimento Interno diretamente nas dependências ou na secretaria do GRÊMIO

7. MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL

- Solemar Compagnoni – Presidente
- Nivaldo do Prado – Vice - Presidente
- Paulo Passarin – Secretário

Pato Branco, 21 de fevereiro de 2024

Valentin José Martignoni
Presidente do Conselho Deliberativo